



Universidade de Brasília | UnB
Instituto de Ciência Política | IPOL
Bacharelado em Ciência Política

NALÍNI MARIEL DE OLIVEIRA PIMENTEL

**LÍNGUA AUSENTE, REGIME PRESENTE: ANÁLISE DA ADESÃO DA
REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

Brasília - DF

2025



Universidade de Brasília | UnB
Instituto de Ciência Política | IPOL
Bacharelado em Ciência Política

Nalini Mariel de Oliveira Pimentel

**Língua Ausente, Regime Presente: Análise da Adesão da República da Guiné
Equatorial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

Monografia apresentada ao curso de Ciência Política do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília - UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação da professora Dra. Erika Laurinda Amusquivar.

Brasília - DF

2025

DEDICATÓRIA

Aos meus ancestrais.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço coletivo de uma rede de apoio de pessoas incríveis, que sempre escolheram a gentileza de me acolher quando eu achava que seria impossível o momento de conclusão.

Agradeço à Universidade de Brasília e a todo o corpo docente do Instituto de Ciência Política por me proporcionar uma formação tão excepcional. Os conhecimentos que adquiri fazem parte de mim e nunca serão abandonados. Agradeço por poder estudar o que gosto e conseguir viver e trabalhar com isso. Agradeço especialmente à minha orientadora, Prof. Dra. Erika Laurinda Amusquivar, pelo tempo e conhecimentos que me foram dedicados, além de sempre ter sido muito gentil, assertiva e paciente.

Agradeço também, e principalmente, à minha mãe, Inajara Alves de Oliveira, que nunca duvidou de qualquer dos sonhos que eu tivesse, desde pequena, e que sempre me incentivou a seguir com os estudos, me mostrando o quanto isso seria proveitoso não só para o meu sucesso profissional, quanto para a minha realização pessoal, que se encontra na intelectualidade. Obrigada por ter me trazido ao mundo e nunca ter deixado eu desviar do meu caminho.

Agradeço ao meu pai de coração, Angel Restivo, que foi fundamental na minha trajetória tanto antes da universidade, quanto dentro dela. Muito obrigada por ter me feito entender que não existe caminho certo e nem caminho fácil, que existe apenas “o meu caminho” e eu sou a responsável por guiar para onde ele vai. Obrigada por sempre me apoiar de todas as formas possíveis, por me chamar a atenção quando eu não acreditava na minha capacidade e por sempre ter me cuidado e acolhido no caminho até aqui.

Agradeço aos meus irmãos, Débora, Shanti e Iohan, por igualmente sempre acreditarem na minha capacidade e me falarem o quanto eu poderia alcançar coisas incríveis se continuasse estudando. Obrigada pelo apoio desde sempre!

Agradeço ao meu companheiro, Rodrigo Duarte, pelo apoio imensurável durante esses quase 5 anos de graduação. Sem você teria sido muito mais difícil.

Agradeço à Alessandra Ambrosio por ter sido a inspiração do tema pesquisado e por todos os conselhos valiosos que me auxiliaram a continuar.

E, por fim, agradeço à Helen Carolina, que me forneceu todo o apoio do mundo, em todos os momentos necessários.

"A construção de instituições democráticas, o respeito aos direitos humanos, uma mídia livre e democrática, o direito a uma informação objetiva. Isso é importante para criar um clima de debate político que venha substituir a violência física e armada."

Sérgio Vieira de Mello

RESUMO

Este estudo explora o processo de adesão da Guiné Equatorial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), analisando os fatores político-estratégicos envolvidos. A pesquisa parte do questionamento sobre como e por que um país de língua predominantemente espanhola e com um regime autoritário conseguiu integrar-se a uma organização cunhada pela lusofonia e pautada em princípios democráticos. Para isso, examina-se a instrumentalização da língua portuguesa como elemento de reconfiguração da identidade nacional e a inserção de uma nova identidade no sistema internacional, bem como os mecanismos políticos empregados para viabilizar a adesão.

Palavras-chave: Guiné Equatorial; CPLP; política externa; diplomacia; integração.

ABSTRACT

This study explores the accession process of Equatorial Guinea to the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP), analyzing the political-strategic factors involved. The research questions how and why a predominantly Spanish-speaking country with an authoritarian regime managed to join an organization shaped by Lusophony and founded on democratic principles. To this end, the study examines the instrumentalization of the Portuguese language as a means of reconfiguring national identity and integrating a new identity into the international system, as well as the political mechanisms employed to enable accession.

Keywords: Equatorial Guinea; CPLP; foreign policy; diplomacy; integration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. LÍNGUA, IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO NA GUINÉ EQUATORIAL.....	14
1.1. A identidade nacional da Guiné Equatorial através da língua.....	15
1.2. Integração da Guiné Equatorial através da língua.....	18
2. DINÂMICAS DE IDENTIDADE, AUTORITARISMO E PROJEÇÃO INTERNACIONAL.....	23
2.1. Construindo uma nova identidade: A “Guiné Espanhola” na comunidade lusófona..	23
2.2. Projeção internacional: legitimação de práticas autoritárias através da identidade?...	29
3. O PROCESSO DE ADESÃO: INSTRUMENTOS E ATORES POLÍTICOS.....	36
3.1. Soft power e a escolha racional.....	37
3.2. Instrumentos políticos utilizados.....	39
3.2.1. Condicionalidade: a abolição da pena de morte.....	40
3.2.2. Relações bilaterais e multilaterais: o apoio dos Estados-Membros.....	41
3.2.3. Reforço das relações econômicas: setor energético.....	44
3.3. Como as sociedades civis reagiram à adesão?.....	45
3.4. Análise de cenário.....	47
3.4.1. Janelas de oportunidade e riscos.....	47
3.4.2. Posicionamento dos atores.....	49
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a adesão da República da Guiné Equatorial (GE) à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorrida em 23 de julho de 2014 em Díli, Timor-Leste, considerando as diversas críticas que incorreram em relação a um país não-lusófono adentrar a uma organização lusófona, visto que a GE é o único país de língua espanhola do continente africano. Para além disso, também encontram-se ressalvas no âmbito dos direitos humanos, em razão do caráter repressivo do governo do presidente Teodoro Obiang Nguema, no poder há 45 anos.

O objetivo principal consiste em compreender como a Guiné Equatorial conseguiu adentrar a CPLP no status de Estado-Membro e as motivações para isso, mesmo com tantos desacordos. Desse modo, a pesquisa busca realizar um diagnóstico do processo de integração, isto é, mapear os acontecimentos e os atores que antecederam o evento e o influenciaram, até a sua consumação, consistindo em três objetivos específicos: (i) demonstrar como a Guiné Equatorial utilizou a língua portuguesa como elemento de reconfiguração da sua identidade nacional, para superar o seu isolamento internacional; (ii) evidenciar como a criação de uma identidade nacional alinhada à lusofonia contribuiria para amenizar as críticas ao regime repressivo da Guiné Equatorial; e (iii) identificar e descrever os instrumentos políticos utilizados e os atores envolvidos no processo de adesão e as suas influências.

As justificativas para a construção deste estudo se dão em dois níveis. Academicamente, o trabalho visa contribuir para a geração de conhecimento na área de estudos africanos, buscando escapar do que seria uma temática “tradicional” para uma pesquisa no campo da ciência política, mostrando a grande diversidade de acontecimentos políticos existentes que merecem ser explorados, considerando o que Hountondji afirma:

As mais das vezes, tendemos a investigar temas que são do interesse, antes de mais, de um público ocidental. A maioria dos nossos artigos é publicada em revistas científicas sediadas fora de África, destinando-se, portanto, a leitores não-africanos. Mesmo quando publicamos em África, a verdade é que as próprias revistas académicas africanas são mais lidas fora do que dentro de África. Neste sentido, a nossa actividade científica é *extravertida*, ou seja, orientada para o exterior, destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos nossos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas. HOUNTONDJI (2008, p. 157).

Em um segundo nível, justifica-se pela relativa atualidade do tema e pelo impacto da adesão na própria estrutura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma vez que a análise do processo permite compreender os mecanismos de construção de um consenso sobre o evento e a articulação de interesses, sobretudo dos países de língua oficial portuguesa (PALOP), além das implicações mais amplas dessa expansão para a geopolítica da África Central e a diplomacia lusófona.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre diplomacia sob a perspectiva da ciência política. Para tanto, considera-se que a política externa também é uma política pública, reconhecendo que a formulação e a implementação dessa política estão diretamente relacionadas a decisões governamentais que resultam de negociações, disputas, alianças e acordos entre diferentes grupos de interesse. Portanto, afasta-se a visão de política externa como algo estático e desvinculado das dinâmicas políticas internas, rejeitando a ideia de que ela seria guiada exclusivamente por supostos interesses nacionais permanentes, imunes às influências conjunturais e político-partidárias, frequentemente associadas ao conceito de política de Estado (MILANI e PINHEIRO, 2013, p. 40).

Nesse sentido, a Guiné Equatorial, por ser um país de língua espanhola em um contexto predominantemente lusófono, proporciona um estudo de caso fascinante para analisar como a diplomacia se desdobra em meio a diferentes identidades culturais e políticas das nações. Este cenário demanda a necessidade de explorar os instrumentos utilizados na construção da narrativa que justifica essa integração, os quais podem posteriormente contribuir para uma reflexão sobre a atual definição do que é a lusofonia e sobre a relação entre economia e direitos humanos no sistema internacional.

A problemática central a qual este trabalho se propõe a responder é expressa na seguinte pergunta: "Como e por que a Guiné Equatorial aderiu à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa?". Para diagnosticar e construir os argumentos pleiteados, utiliza-se como método o *process tracing*, a revisão bibliográfica, a análise documental e a análise de conteúdo. Assim, o presente estudo consiste em uma pesquisa aplicada de caráter descritivo. A base referencial de dados secundários foi obtida por meio da pesquisa bibliográfica, incluindo livros, artigos e outras produções científicas que contribuem para a construção de uma base de conhecimento sobre Guiné Equatorial, língua, identidade, integração, autoritarismo e poder. Ademais, foi realizada uma análise do conteúdo de notícias publicadas

em países diversos, com o objetivo de delimitar a opinião pública predominante acerca da adesão da Guiné Equatorial à CPLP. Os resultados são apresentados de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes primárias e secundárias.

A planificação da pesquisa incluiu, em primeiro lugar, o levantamento dos dados secundários, para posterior contato com as fontes primárias. Os dados primários foram extraídos da análise de expedientes oficiais obtidos por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) do governo brasileiro. Esses documentos incluem telegramas oficiais da Embaixada do Brasil em Malabo (BRASEMB MALABO) e da Missão do Brasil junto à CPLP (DELBRASCPLP) para a Secretaria de Estado de Relações Exteriores (SERE) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre 2008 e 2014. Os instrumentos de pesquisa foram aplicados de maneira planejada, buscando complementar a pesquisa bibliográfica por meio dos materiais oficiais do governo brasileiro¹.

Soma-se a isso o *process tracing*, ou rastreamento de processo, como método de pesquisa, definido por Cunha e Araújo (2018, p. 40) como um método que se propõe a explicar mecanismos causais que geraram determinados resultados, sendo fortemente associado com estudos de eventos já ocorridos, uma vez que só assim se tem o conhecimento dos resultados e, com isso, pode-se verificar a ocorrência e o funcionamento de determinados mecanismos. Nesse contexto, compreende-se como “processos” uma sequência de eventos, relacionados entre si, que formam um todo coerente:

[...] O método oferece vantagens em relação a outros métodos nos estudos que envolvem processos de decisão, preferências, expectativas, intenções, motivações, crenças ou aprendizado nos níveis individual e organizacional [...], minimizando o erro inferencial quando se tenta produzir declarações sobre uma realidade causal ontológica [...]. (CUNHA e ARAÚJO, 2018, p. 41).

Como referencial teórico, buscando atingir os objetivos deste estudo e analisar de forma interconectada política, língua, identidade, autoritarismo e integração, será utilizada a perspectiva de que o Estado é reconhecido como um ator central, mas não como uma entidade fixa e homogênea; pelo contrário, ele é continuamente moldado por relações sociais, nas quais elementos como identidade, cultura e língua desempenham um papel fundamental nesse processo de construção (BICA, 2021, p. 2). Nesse sentido, é essencial entender, a priori, os desafios da formação de Estados-nação na África pós-colonial.

¹ Nesse ponto, é importante observar que a pesquisa embasou-se através do posicionamento diplomático brasileiro, expresso por meio dos documentos oficiais analisados. Não foram utilizados materiais oficiais de outro Estado-Membro da CPLP.

O legado do colonialismo europeu no continente africano permeia toda a história dos recentes Estados-nação até os dias de hoje. As estruturas políticas, econômicas e culturais contemporâneas não podem ser analisadas, justificadas ou explicadas sem olhar para o imenso abismo deixado pelo período colonial. Conforme Achille Mbembe (2019, p. 19), o colonialismo “esteve longe de ser um fio de Ariadne”, isto é, uma ferramenta de resolução de problemas, que difundisse um “modelo civilizatório” ideal. Esse quadro é fundamental para compreender como os desafios enfrentados pelos Estados africanos e, por conseguinte, o Estado da Guiné Equatorial, após a independência, não foram apenas econômicos, mas também enraizados nas dinâmicas culturais impostas pela colonização.

Dessa forma, “o mundo colonial é um mundo dividido em compartimentos” (FANON, 1979, p. 27), estruturado de forma maniqueísta, onde o colonizador se impõe como civilizado e superior, enquanto o colonizado é desumanizado e marginalizado. Fanon argumenta que essa exclusão não permite conciliação, uma vez que as relações de poder são construídas sobre a opressão e a negação do outro. Mais do que um projeto de exploração material, a colonização subjugou as tradições dos povos africanos, impôs uma lógica externa que associava modernidade e civilização aos valores europeus e “exigiu aos colonizados que mudassem as suas razões de viver e, como se não bastasse, que mudassem também de razão” (MBEMBE, 2019, p. 19), abrindo fissuras impossíveis de se fechar. O impacto psicológico do colonialismo influenciou fortemente a construção dos Estados africanos, criando uma alienação que afetou tanto o indivíduo quanto o coletivo.

A Conferência de Berlim² (1884-1885) foi um marco que consolidou brutalmente essa despersonalização, ao oficializar a “partilha da África” entre as potências coloniais, priorizando interesses econômicos e estratégicos em detrimento das dinâmicas sociais e culturais locais. Foram traçadas fronteiras arbitrárias, ignorando as relações histórico-culturais entre comunidades africanas, unindo grupos rivais dentro de um mesmo território enquanto separavam grupos étnicos tradicionais. Não se tratava de mero “desconhecimento” ou descaso por parte dos colonos, mas, de fato, um projeto por meio do qual se almejava a fragmentação das culturas tradicionais dos povos africanos como ferramenta de dominação. Quando não há unidade, a resistência se enfraquece. Os traçados

² Sobre esse marco, cabe ressaltar que “embora a partilha da África fosse a agenda da conferência, os representantes africanos não estavam presentes e as potências imperiais ‘triunfantes’ negligenciaram a organização de referendos nos estados artificialmente unidos para determinar seu apoio ou não”. (NWOZOR, 2018, p. 71).

arbitrais dos territórios, mantidos após a independência, criaram tensões internas que dificultaram a coesão política e social:

Dessa questão, várias implicações estarão em jogo para a formação dos estados africanos, os recortes artificiais unirão sob um mesmo território diversas etnias distintas que possuíam organizações políticas e línguas específicas. Os traçados repartirão territórios étnicos constituídos. Ou seja, o início da implantação da forma Estado em África estará ancorada num processo frágil de legitimação que terá que buscar suas vias próprias de consolidação. (SILVA e PEREIRA, 2020, p. 16).

As heranças coloniais podem ser observadas nas várias esferas dos países africanos. Além do mantimento das fronteiras, também se perpetuaram as estruturas políticas e administrativas, elementos críticos para a criação do Estado e vistas como ferramentas necessárias para garantir a estabilidade em um contexto de fragmentação interna. Essas estruturas eram em sua maioria centralizadoras, projetadas para facilitar a exploração e o controle. Ao passar para “linha de frente” da administração do Estado, os dirigentes africanos tenderam mais a defender os seus interesses próprios, o que exigia recorrer a métodos autoritários de poder e à corrupção, voltando-se à uma identidade individualista e tribalista³, em contraste ao pan-africanismo⁴ e à unidade nacional. Por conseguinte, as tentativas de instauração de regimes democráticos liberais na independência falharam em grande parte das nações, tornando-se regimes totalitários (SILVA e PEREIRA, 2020, p. 25).

Siphamandla Zondi (2022, p. 64) também oferece uma importante análise político-econômica sobre a herança colonial nos Estados africanos. Para ele, os líderes pós-independência abandonaram os projetos de construção de uma nação economicamente autossuficiente em favor da dependência econômica para serem bem vistos no sistema internacional, deixando em segundo plano as aspirações populares de independência, o que inclui a própria democracia, sob a justificativa de concluir o processo de descolonização. Isso é especialmente complexo ao se pensar que a economia das colônias foi estruturada para servir às necessidades das metrópoles, com foco na exportação de matérias-primas e na monocultura. Após a independência, como visto, essa organização foi mantida, criando uma dependência crônica dos mercados internacionais e uma vulnerabilidade às flutuações econômicas globais. A função econômica das colônias era levar benefícios às metrópoles e

³ Conceito que se refere à forte identidade cultural ou étnica que separa os membros de uma tribo dos membros de outro grupo.

⁴ Movimento que visa unir os povos africanos numa única nação, para enfrentar problemas comuns. (DIALLO, 2005, p. 8).

elas foram preparadas para cumprir tais funções. Dessa maneira, os territórios foram transformados em uma grande fonte de produtos agrícolas e manufaturados, sendo “uma área de produção de valores de troca, abandonando o predomínio da produção de valores de uso para consumo próprio” (VISENTINI, 2010, p. 64).

Nesse sentido, a compreensão dos desafios enfrentados pelos Estados africanos na construção de nações é fundamental para entender os desafios contemporâneos do continente. A herança colonial continua a influenciar as dinâmicas políticas, econômicas e sociais dos países africanos, exigindo a adoção de políticas públicas, incluindo a política externa, que levem em consideração as especificidades de cada contexto. Diante disso, a integração regional emerge como uma estratégia promissora para fortalecer a inserção dos países africanos no sistema internacional e promover o desenvolvimento sustentável.

Para os países em desenvolvimento, o regionalismo é considerado uma forma estratégica de promover o crescimento e enfrentar desafios estruturais. No caso africano, as iniciativas de integração surgiram paralelamente aos processos de independência e à consolidação dos Estados-nação. Após a independência, esses Estados precisaram adaptar-se às normas já estabelecidas no sistema internacional para estabelecer relações externas, o que acabou preservando algumas estruturas herdadas do período colonial. Ainda assim, as nações africanas diversificaram suas parcerias internacionais, ampliando sua capacidade de ação em busca de maior autonomia e redução da dependência neocolonial (SANTOS ANDRADE, 2019, p. 39). Compreende-se “sistema internacional” como o ambiente no qual os Estados se relacionam, tomando decisões e adotando medidas que afetam tanto a conduta de outros Estados quanto a configuração própria. Nesse contexto, a estrutura do sistema internacional também exerce influência sobre o comportamento estatal, criando uma relação de interdependência entre agentes e estruturas (BICA, 2021, p. 6).

Por outro lado, a integração também levanta questões de grande relevância no âmbito identitário. Kobena Mercer (1990, p. 43 apud HALL, 2006, p. 9), historiador britânico de estudos culturais, afirma que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Nesse sentido, Stuart Hall (2006) analisa como as antigas identidades estão sendo desestabilizadas pela globalização e favorecendo o surgimento de novas identidades fragmentadas, rompendo a visão tradicional do indivíduo ou nação unificado/a.

No contexto desta pesquisa, utiliza-se a abordagem de que para um Estado-nação pós-colonial, a questão identitária se torna ainda mais complexa do que no plano individual, pois a identidade nacional exerce forte influência sobre a individual e possui uma abrangência maior em termos territoriais. Ao entender a nação não apenas como uma entidade política, mas também como um sistema de representação cultural, a identidade nacional assume a função de produzir sentidos, definindo a imagem do Estado e o pertencimento dos indivíduos por meio de seus símbolos culturais. Assim, a cultura nacional, ao atribuir significados ao Estado, contribui para a construção de sua identidade.

Dessa maneira, o referencial teórico adotado permite compreender que a identidade nacional não é fixa, mas resultado de uma construção social e histórica constantemente renovada. No caso da Guiné Equatorial, a língua surge como uma ferramenta decisiva para a identidade, que configura-se e alinha-se a interesses geopolíticos.

A perspectiva pós-colonial, ao destacar a influência do colonialismo na formação dos Estados africanos, oferece um olhar mais profundo sobre as dinâmicas de poder e a complexidade do processo de integração internacional. Desta feita, ao utilizar conceitos atrelados à colonização linguística, identidade nacional e regionalismo, esta pesquisa analisa de maneira crítica o papel da língua e da identidade no reposicionamento da Guiné Equatorial dentro do sistema internacional e na sua integração à CPLP.

Para cumprir o que propõe, este estudo é segmentado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, são abordadas as disposições históricas que estruturaram o cenário de adesão da Guiné Equatorial à CPLP, destacando como a identidade nacional foi moldada pela colonização linguística e o papel das línguas oficiais na inserção regional e internacional do país. No segundo capítulo, discute-se a construção da identidade nacional como instrumento político, analisando a relação entre identidade, autoritarismo e projeção internacional, com ênfase na utilização da língua portuguesa como eixo central na articulação entre política e integração. Por fim, o terceiro capítulo identifica e analisa os principais instrumentos políticos utilizados no processo de adesão da Guiné Equatorial, destacando a importância das condicionalidades, das relações bilaterais e multilaterais e das relações econômicas relativas ao setor energético. Além disso, apresenta-se uma análise de cenário que aponta forças, fraquezas, oportunidades e ameaças nas esferas política, econômica, social e tecnológica associados à adesão e os principais atores envolvidos no processo e como estes o influenciaram.

1. LÍNGUA, IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO NA GUINÉ EQUATORIAL

A adesão da Guiné Equatorial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 23 de julho de 2014, na 10ª Cimeira de chefes de Estado e de Governo da organização lusófona, em Timor-Leste, levantou questões sobre os limites e os critérios estabelecidos em integrações internacionais, sobretudo na ordem linguística. O questionamento fundamental é como um país de língua majoritariamente espanhola pôde adentrar uma organização de cunho lusófono - também sendo válido o contrário, isto é, como uma organização de países de língua portuguesa aceitou a integração de um país de língua espanhola. Essa contraposição expõe tensões tanto nas motivações que guiaram a Guiné Equatorial a buscar a integração com a CPLP, como nos próprios critérios da organização, indicando a complexidade dos instrumentos político-institucionais articulados para a firma dessa união e a necessidade de investigá-los.

É imperativo que tais ações estratégicas não sejam analisadas sob uma perspectiva de *ceteris paribus*⁵, isto é, ignorando os múltiplos fatores contextuais e históricos que condicionaram o processo. Para isso, é necessário compreender os antecedentes históricos de identidade e integração da Guiné Equatorial, dois elementos fundamentais para o evento em questão, sobretudo através do prisma linguístico.

Este capítulo, portanto, abordará as disposições diacrônicas que estruturaram o cenário de adesão da Guiné Equatorial à CPLP, evitando uma análise fragmentada e permitindo uma visão integrada do contexto histórico que favoreceu as articulações feitas à época da integração. Para tanto, serão explorados dois aspectos centrais que conectam a língua à formação do Estado equato-guineense, identidade e inserção internacional. Primeiramente, será examinado como o espanhol moldou a identidade nacional do país, abordando o impacto da colonização linguística, destacando a instrumentalização da língua colonizadora no estabelecimento de um imaginário nacional e como isso foi ressignificado pelo Estado para reforçar sua singularidade no continente africano. Após, analisar-se-á o papel das línguas oficiais como instrumentos de integração regional e internacional, explorando a relação da Guiné Equatorial com o cenário global e sua tentativa de projetar-se como uma ponte cultural e linguística entre diferentes blocos internacionais.

⁵ Expressão em latim que significa “tudo o mais constante” ou “mantidas inalteradas todas as outras coisas”.

1.1. A identidade nacional da Guiné Equatorial através da língua

A República da Guiné Equatorial é o único país de língua espanhola do continente africano⁶, fato que reflete não apenas o forte legado colonial, como também fundamenta diretamente a sua identidade nacional, destacando-se pela singular configuração linguística. Essa singularidade confere ao país uma posição distinta no contexto africano e no sistema internacional, uma vez que, destaca-se em um continente dominado sobretudo pelas línguas inglesa e francesa e conecta-se ao mundo hispanófono, apresentando uma identidade enigmática. Contudo, não é possível discutir identidade sem falar em colonização, visto que a herança colonial europeia no continente africano permeia toda a história dos recentes Estados-nação até os dias de hoje. As estruturas políticas, econômicas e culturais contemporâneas não podem ser analisadas, justificadas ou explicadas sem olhar para o imenso legado deixado por esse período.

Conforme Achille Mbembe (2019, p. 19), o colonialismo “esteve longe de ser um fio de Ariadne”, isto é, uma ferramenta de resolução de problemas, que difundisse um “modelo civilizatório” ideal. Esse quadro é fundamental para compreender como os desafios enfrentados pelos Estados africanos - e, por conseguinte, pelo Estado da Guiné Equatorial - após a independência, não foram apenas econômicos, mas também enraizados nas dinâmicas culturais e simbólicas.

É sob esse viés que Frantz Fanon (1979), uma das principais vozes do pensamento anticolonial, analisa como o colonialismo não apenas explorou os recursos dos territórios, mas também despersonalizou os povos colonizados, impondo estruturas de dominação cultural e psicológica. Segundo o autor, o colonialismo é um sistema de dominação que se utiliza da violência como um alicerce que reconfigura não apenas o território, mas também as subjetividades dos povos colonizados, sendo assim “um mundo dividido em compartimentos” (FANON, 1979, p. 27), estruturado de forma maniqueísta, onde o colonizador se impõe como civilizado e superior, enquanto o colonizado é desumanizado e marginalizado. O impacto psicológico do colonialismo influenciou fortemente a construção dos Estados africanos e suas identidades, criando uma alienação que afetou tanto o indivíduo quanto o coletivo. Essa

⁶ Pode-se citar outros territórios pertencentes ao mundo hispano-africano, como as Ilhas Canárias, as cidades de Ceuta e Melilla (regiões de fronteira entre Espanha e Marrocos) e o Saara Ocidental (República Árabe de Saaraui Democrática - RASD). No entanto, as Canárias são uma comunidade autônoma, assim como Ceuta e Melilla são cidades autônomas da Espanha. Por outro lado, a RASD é um estado parcialmente reconhecido internacionalmente e, além do espanhol como língua oficial, fala-se principalmente o árabe. Dessa forma, a Guiné Equatorial permanece como o único Estado reconhecido de língua espanhola da África. (HLYNSSON, 2024, p. 5).

alienação resulta da imposição de valores e instituições que subjugarão as tradições e substituíram a língua dos colonizados pela dos colonizadores, privando os povos de suas referências culturais:

[...] O colonialismo não fez senão despersonalizar o colonizado. Essa despersonalização é sentida também no plano coletivo, ao nível das estruturas sociais. O povo colonizado vê-se então reduzido a um conjunto de indivíduos que **só encontram fundamento na presença do colonizador**. (FANON, 1979, p. 254, grifo nosso).

A independência da Guiné Equatorial, em 1968, trouxe à tona o desafio de construção de uma identidade nacional, que tendia mais à unificação do que ao evidenciamento da diversidade étnica e linguística. A herança colonial espanhola desempenhou um papel central na formação dessa identidade, especialmente em relação à língua, que permaneceu como língua majoritária. Nesse sentido, a política linguística tornou-se um instrumento importante para o Estado pós-colonial, não apenas para facilitar a administração e a educação, mas também para afirmar a sua soberania e identidade no cenário internacional (PRADOS, 2019, pg. 3).

A complexidade histórica remonta aos processos colonizadores que estabeleceram políticas linguísticas sujeitadas a diferentes projetos de poder, uma vez que a constituição de uma língua oficial produz sentidos sobre ela mesma, construindo o seu próprio lugar no imaginário de um Estado (COLAÇA e MARIANI, 2024, p.5). É nesse sentido que Bethania Mariani (2003) introduz a colonização linguística, que se revela fundamental para entender o processo de formação identitária dos Estados. Esse conceito demonstra como a língua, neste caso a espanhola, pode ser instrumentalizada para subordinar línguas locais, silenciando-as e promovendo um imaginário nacional alinhado aos interesses da metrópole colonial, sendo definido como:

Um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos - línguas com memórias, história e políticas de sentidos desiguais - em condições de produção tais que uma dessas línguas - chamada de língua colonizadora - visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s). Para tanto, políticas linguística são engendradas com o objetivo de disseminar a língua colonizadora, delimitando e silenciando os espaços enunciativos das línguas colonizadas. (MARIANI, 2003, p. 10).

A colonização linguística, nesse contexto, não se limita à imposição de um idioma dominante, mas representa um esforço sistemático para reconfigurar os fundamentos culturais e identitários das sociedades colonizadas. “É um discurso que se impõe [...] com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre a sua própria história e sobre a sua própria língua” (MARIANI, 2003, p. 10). Esse processo não apenas reduz a diversidade linguística, mas também enfraquece as referências simbólicas dos povos colonizados, caminhando em direção à dependência cultural e política dos colonizadores. No caso da Guiné Equatorial, a dominação através da língua mostrou-se eficaz, tornando-se parte fundamental da sua identidade nacional e das suas estratégias de integração, refletindo um processo ambíguo no qual o legado colonial é simultaneamente um fardo e uma oportunidade de inserção no cenário internacional, o que será aprofundado no próximo tópico deste capítulo.

Dessa maneira, o Estado equato-guineense tem utilizado sua singularidade linguística para reforçar sua identidade nacional e promover uma política externa única. Essa identidade hispanófono é frequentemente reivindicada como um traço essencial de sua cultura. Em 2009, o ministro de Relações Exteriores do país destacou “os laços históricos, culturais e linguísticos que unem a Guiné Equatorial aos países ibero-americanos” e celebrou o fato de que a nação “lutou e conseguiu que o espanhol fosse adotado como idioma oficial da União Africana” (PRADOS, 2019, p. 3), evidenciando como a língua espanhola é vista internamente não apenas como herança, mas como ativo estratégico. Essa perspectiva foi reforçada em 2014 pelo presidente Teodoro Obiang Nguema, que declarou que a Guiné Equatorial é “o único país africano de fala hispânica” e, como tal, se posiciona como “embaixadora da língua espanhola na África” (ibid.). Ao reivindicar essa identidade, o país utiliza o espanhol como uma ponte entre a África e os países ibero-americanos.

Esse reconhecimento internacional reforça o papel do espanhol não apenas como idioma predominante no território nacional, mas também como um veículo de influência cultural e política além de suas fronteiras. Nesse contexto, a colonização linguística opera como um elemento de memória na Guiné Equatorial, transformando a língua em um símbolo de unidade nacional e de inserção estratégica no sistema internacional. Essa dinâmica está alinhada ao que Mariani (2003, p. 12) afirma sobre a visibilidade da língua enquanto instituição, capaz de exercer um efeito universal de reconhecimento. Na formação social do

Estado, a língua oficial tende a adquirir um status semelhante ao de uma língua materna⁷, que diferencia o Estado no cenário internacional.

Por fim, pode-se dizer que a tensão entre a herança colonial e a autonomia contemporânea demonstra como a língua é utilizada como um elemento de poder simbólico e político, permitindo à Guiné Equatorial capitalizar sua singularidade linguística em contextos regionais e globais. Além disso, a instrumentalização do espanhol ilustra como o Estado equato-guineense busca equilibrar as influências externas com a preservação de sua identidade em um cenário de múltiplas afiliações culturais e linguísticas. Essa perspectiva é importante para compreender como a língua, mais do que uma ferramenta de comunicação, tornou-se um eixo central das decisões políticas da Guiné Equatorial. O próximo tópico, ao abordar as relações entre integração e língua, aprofundará a análise sobre o papel do idioma enquanto mediador de interações entre Estados, organizações internacionais e dinâmicas de poder no cenário global.

1.2. Integração da Guiné Equatorial através da língua

A complexidade das identidades étnicas e linguísticas na Guiné Equatorial é, como já discutido, resultado direto de seu passado colonial, cujas raízes moldaram as dinâmicas sociais e políticas do país. Esse processo de colonização iniciou-se no século XV com a chegada de portugueses à ilha de Bioko, em 1472. Não vislumbrava-se a colonização espanhola no continente africano, sobretudo após o Tratado de Tordesilhas, de 1494, que consolidou a América como foco principal de exploração da Espanha. Todavia, em 1777-78, os Tratados de San Ildefonso e de El Pardo, permitiram a expansão do domínio espanhol à África, obtendo o controle sobre o que era oficialmente chamado de *Possessões Espanholas do Golfo da Guiné* (HLYNSSON, 2024, p. 10), mas somente em 1843 a Espanha começou a, de fato, administrar os territórios e, nesse hiato temporal, clérigos britânicos passaram a missionar a ilha de Fernando Poo, estabelecendo um assentamento portuário britânico

⁷ A África Subsaariana é um mosaico etnolinguístico composto por três categorias principais de línguas: nacionais, de bricolagem e oficiais. As línguas nacionais ou indígenas, associadas aos povos originários, refletem a tradição cultural e étnica de cada comunidade, sendo consideradas endógenas. Já as línguas de bricolagem ou pidgins surgiram do contato entre diferentes civilizações, especialmente em contextos coloniais, e tornaram-se supranacionais, como o swahili e o lingala. Por fim, as línguas oficiais, impostas pelo colonialismo, ainda prevalecem como ferramentas de comunicação em áreas multilíngues, substituindo as línguas nacionais. Essa diversidade evidencia tanto a riqueza cultural quanto as influências históricas que moldaram a região. (BOLEKIA BOLEKÁ, 2001, p. 25) No cenário da Guiné Equatorial, identifica-se essas três categorias: entre as línguas nacionais há o bubi, ndoweé e fang; das línguas de bricolagem, pode-se citar o Fá D'Ambô, influenciada pelo português e o Pichinglis, com raízes do inglês; sobre as línguas oficiais, têm-se o espanhol, o francês e o português (ROSIQUE, 2006, p. 73).

chamado *Port Clarence*, influenciando a língua *pichinglis* (DOPPELBAUER e SCHLUMPF, 2023, p. 154).

A partir desse histórico, além das línguas maternas/nacionais, o espanhol passou a ser amplamente utilizado na administração pública, na educação e na mídia (id., p. 153), posicionando-se como uma ferramenta central de poder, tanto interna, quanto internacionalmente, conectando o país ao mundo hispânico. Entretanto, as aspirações de integração não limitaram-se à hispanofonia, o que seria insuficiente considerando a sua posição geográfica. O país pertence à região da África Central, no Golfo da Guiné, dividindo-se em territórios descontínuos, insulares e continentais, fazendo fronteira com países de língua majoritariamente francesa e/ou inglesa⁸.

Nesse sentido, a trajetória linguística da Guiné Equatorial sempre perpassou pela questão do isolamento, o que implicou em uma política linguística diferenciada. Apesar do espanhol ser a língua hegemônica, em 1998 o francês também foi declarado como língua oficial, ação vista como uma grande vantagem às estratégias de integração do país. Isso se expressa de forma clara na alteração da Carta Magna de Akonibe (id., pg. 161):

La posición geográfica de Guinea Ecuatorial le impone relacionarse de modo natural con los pueblos de los países vecinos, con los que guarda vínculos etno-culturales insoslayables de la gran familia bantú; unido a ello el impulso recibido con la efectiva integración económica regional y en el espacio de la francofonía, hechos que posibilitan más al país desarrollarse mejor en lo económico, político, social y cultural, dentro de la dinámica que impone el nuevo orden mundial. Constituyendo el idioma el vehículo de comunicación con los demás pueblos y una enorme ventaja sumarse al español (nuestra lengua oficial de legado histórico, de raigambre hispánica, que con las demás lenguas aborígenes conllevan nuestra identidad socio-cultural) el idioma francés como segunda lengua oficial que coadyuve a facilitar nuestra interrelación con los demás países y a reafirmar la citada identidad socio-cultural, apareciendo por ello conveniente y necesario modificar el primer párrafo del artículo 4º de la Ley Fundamental para declarar también el francés como lengua oficial (Lei Constitucional nº 1/1998 de 21 de janeiro, Preâmbulo).

⁸ A descontinuidade territorial da Guiné Equatorial reflete uma população extremamente heterogênea, sendo composta por diversos grupos étnicos que possuem seu próprio idioma, sendo os principais: os Fangs, os Bubis, os Ndowés, os Annoboneses (âmbos) e uma comunidade crioula (HLYNSSON, 2024, p. 7). Todos os grupos pertencem étnica e linguisticamente à família Bantu. Os âmbos falam o Fâ d'Ambô, língua crioula baseada no português e a maioria dos falantes vivem hoje na capital Malabo. Os bubis são da ilha de Bioko e devido às diferentes etapas de colonização, tornaram-se um grupo minoritário em todo o país. A geração mais jovem tende a abandonar o bubi em favor do espanhol e, talvez, do pichi. Os fang são o grupo com maior dominância, sendo o grupo étnico dos únicos dois presidentes da história do país. As maiores cidades, Malabo e Bata, são habitadas majoritariamente pelos fang.

A decisão de adotar o francês como língua oficial representa uma escolha estratégica nítida para a inserção da Guiné Equatorial nos espaços regional e internacional. Essa política foi reforçada por outras medidas, como a adoção do franco CFA como moeda nacional e a adesão ao espaço aduaneiro comum dos países francófonos, que ampliaram a capacidade do país de se engajar com seus vizinhos e fortalecer sua posição na África Central (BRASIL. MRE. BRASEMB MALABO, 2009). Ademais, a adoção do francês foi uma forma de equilibrar o isolamento linguístico, aproximando a Guiné Equatorial de dinâmicas regionais mais amplas, visto que, como exemplo, os países lusófonos que fazem fronteira com países anglófonos e francófonos acabam por adotar essas línguas estrangeiras no ensino, como línguas modernas, para conseguirem a sobrevivência no âmbito da integração e das relações econômicas e políticas:

A oficialização de 3 línguas europeias por parte da Guiné-Equatorial demonstra esse interesse que na visão desses estados como vantagem para sobreviver num mundo globalizado em que as línguas europeias são instrumentos de poder econômico. (TIMBANE, 2022, p. 174).

O preâmbulo da Lei Constitucional nº 1/1998, apresentado acima, destaca que a inclusão do francês foi considerada "conveniente e necessária" para facilitar a comunicação com os povos vizinhos e reafirmar uma identidade socioeconômica e cultural mais ampla, o que aponta para o esforço deliberado de alinhar-se a blocos regionais como estratégia de sobrevivência e relevância no cenário global, o que vai de encontro com o conceito sobre regionalismo, aqui entendido como uma estratégia adotada pelos Estados-nação para lidar com desafios políticos e econômicos no âmbito regional, frequentemente associada à promoção do livre-comércio e à resolução de conflitos (ASSIS et al., 2022, p. 135).

Para as nações em desenvolvimento, o regionalismo é visto como uma ferramenta estratégica para impulsionar o crescimento e enfrentar dificuldades estruturais, tanto é que no contexto africano as iniciativas de integração começaram a surgir paralelamente às de independência e à própria consolidação dos Estados-nação. Esses Estados, na época pós-independência, tiveram que se adequar às regras do sistema internacional já estabelecido para interagirem com outros Estados, o que contribuiu com a manutenção de estruturas do período colonial. Apesar dessa adequação, os países africanos diversificaram suas relações,

aumentando sua margem de manobra em busca de maior autonomia e menos dependência neocolonial (SANTOS ANDRADE, 2019, p. 39).

Nesse contexto, a Guiné Equatorial encontrou na política linguística uma de suas principais ferramentas de integração. Embora o país tenha avançado em sua integração francófona, essas ações por si só também não esgotaram as possibilidades de alinhamento internacional. A língua portuguesa emergiu como uma oportunidade singular de ampliar seu alcance e reforçar sua presença em novos cenários e, pouco após uma década da adoção do francês, o português foi instituído como terceira língua oficial da Guiné Equatorial, apesar do seu uso local ser praticamente inexistente (DOPPELBAUER e SCHLUMPF, 2023, pg. 162):

CONSIDERANDO que la dimensión afro-ibérica soberana y el lazo histórico lusohispánico constituyen, para Guinea Ecuatorial (Afro-hispánica), una base fundamental de cooperación en los campos económico, social, cultural, jurídico-diplomático y técnicocientífico con los Países del referido espectro tridimensional. CONSIDERANDO, además, que la inclusión del Idioma Portugués como Oficial en Guinea Ecuatorial, no solamente contribuiría positivamente al incremento de la cooperación en el contexto afro-ibérico y luso-hispánico de naciones, sino que reforzaría en gran medida las relaciones de acercamiento, buena vecindad y de hermandad que Guinea Ecuatorial mantiene con un gran número de Estados luso-hispánicos, miembros fundadores de la Comunidad de Países de la Lengua Portuguesa (CPLP) [...] (Decreto-Lei 1/2010).

Las Lenguas Oficiales de la República de Guinea Ecuatorial son el español, el francés y el portugués. Se reconocen las lenguas aborígenes como integrantes de la cultura nacional (Decreto-Ley 1/2010, Artículo Único).

Em 2012 se adotou a Carta Magna de Santo Antonio de Palé e, ao que interessa as línguas oficiais, a nova constituição não mais menciona explicitamente o português, mas permite a oficialização de qualquer idioma que seja determinado por lei. Assim, a declaração do francês e do português como línguas oficiais bem ilustra os esforços do governo em aumentar seu espaço enunciativo nos contextos internacionais, o que se expressa pela política

linguística prevista em constituição, ao abrir margem para a introdução de novas línguas de maneira facilitada, caso necessário:

Artículo 4º 1. Las lenguas oficiales de la República de Guinea Ecuatorial son el Español, el Francés y las que la Ley determine. Se reconocen las lenguas autóctonas como integrantes de la cultura nacional. (Lei Fundamental de Guiné Equatorial, 2012, Art. 4º).

O multilinguismo do país é especialmente significativo no cenário internacional, ao buscar legitimar a sua posição em organizações internacionais, como a Organização Internacional da Francofonia (OIF), sendo o único país hispanófono que pertence simultaneamente a organismos do Sistema Iberoamericano e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, o que o situa em uma situação singular relativa a uma maior aproximação entre os países iberófonos de todos os continentes (PRADOS, 2019, pg. 2). Portanto, a adoção do português, ainda que recente e com desafios de implementação, reforça a narrativa de que a Guiné Equatorial busca utilizar sua política linguística como um pilar central de sua inserção internacional. Ao se posicionar como um ponto de interseção entre os mundos hispânico, francófono e lusófono, consolida-se uma nova identidade político-nacional que transcende seu isolamento geográfico e histórico, promovendo novas possibilidades de integração regional e internacional. A Guiné Equatorial faz parte de diversas organizações internacionais e, por conta disso, exprime diversas atribuições identitárias e, de acordo com Gustau Nerín (2010, p. 12, tradução nossa), algumas são surpreendentes, como o “esforço diplomático para convencer a CPLP de que Guiné Equatorial é um país lusófono apesar de que lá ninguém fala português”.

Nesse sentido, o próximo capítulo avançará na análise do papel da língua enquanto ferramenta de projeção identitária internacional, com foco no discurso adotado para a adoção do português no processo de adesão à CPLP. A discussão aprofundará como a Guiné Equatorial utilizou-se da aproximação com o Organismo para projetar uma imagem de modernidade, alinhada aos fundamentos democráticos, ao mesmo tempo em que mantém práticas autoritárias internamente. Assim, a língua será explorada não apenas como um veículo cultural e integrador, mas como um recurso estratégico para ampliar sua influência e melhorar a sua imagem no cenário internacional.

2. DINÂMICAS DE IDENTIDADE, AUTORITARISMO E PROJEÇÃO INTERNACIONAL

No capítulo anterior, verificou-se como a Guiné Equatorial se utilizou ao longo do tempo da língua, principalmente a espanhola, como um instrumento de integração e sobrevivência ao isolamento, tanto no continente africano, como no cenário global, construindo uma identidade nacional que valeu-se até certo ponto. Ao analisar essas disposições linguísticas e identitárias históricas, em interação com o cenário político global, verificou-se, no caso específico da adesão do país à CPLP, uma tentativa do Estado equato-guineense de construir uma imagem internacional alinhada aos valores democráticos promovidos pela Comunidade, entre outros aspectos, para amenizar o discurso internacional acerca da situação dos direitos humanos do país. A adoção do português como língua oficial emerge como um ponto central dessa estratégia, ao passo que engloba uma reconfiguração identitária, cultural e política para a projeção da legitimidade internacional a um regime caracterizado por práticas autoritárias.

Nesse contexto, a Guiné Equatorial busca instrumentalizar também a língua portuguesa, ultrapassando o seu caráter formal de ser “apenas” um requisito para a entrada na comunidade lusófona. Assim, este capítulo discutirá como a identidade nacional pode ser dinamizada através do discurso, ao construir-se uma narrativa de alinhamento aos valores democráticos da CPLP. Primeiramente, será analisado o papel da identidade nacional enquanto elemento definidor da imagem de um Estado e como ela pode ser utilizada enquanto instrumento político. Em seguida, será explorada a relação entre identidade, autoritarismo e projeção internacional no contexto de adesão da Guiné Equatorial à CPLP. Essa análise buscará demonstrar como a língua portuguesa, enquanto recurso estratégico, tornou-se um eixo central na articulação entre política, identidade e integração.

2.1. Construindo uma nova identidade: A “Guiné Espanhola” na comunidade lusófona

Kobena Mercer (1990, p. 43), historiador britânico de estudos culturais, afirma que "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza" (apud HALL, 2006, p. 9). É nesse sentido que a integração da Guiné Equatorial, historicamente moldada a partir de uma identidade hispanófona, com um organismo multilateral de cunho

lusófono, faz surgir questionamentos relacionados à identidade do Estado e como este busca se posicionar no cenário internacional.

Stuart Hall (2006) discute como as antigas identidades, as quais foram responsáveis por estabilizar o mundo social por um longo período de tempo, estão sendo descentradas, sobretudo por conta da globalização, e como esse movimento corrobora no surgimento de novas identidades que de certa forma fragmentam o indivíduo moderno, antes visto como unificado. Na ordem de um Estado-nação, a questão da identidade é ainda mais complexa do que na ordem individual, visto que a primeira influencia fortemente a segunda e é maior em territorialidade. Pensando “nação” enquanto não apenas um espectro político, mas como um sistema de representação cultural, pode-se atribuir à identidade nacional a responsabilidade de produção de sentidos, onde os símbolos culturais definem a imagem do Estado e o pertencimento dos indivíduos. A cultura nacional, nesse sentido, ao produzir sentidos sobre o Estado, constrói a sua identidade.

Dessa maneira, “uma cultura nacional é um discurso” (HALL, 2006, p. 51) que pode construir identidades entre o passado e o futuro. Jean Carlos Moreno (2014, p. 7) diz que identidade pode ser definida como “uma categoria social discursivamente construída, expressa e percebida por diferentes linguagens: escritas, corporais, gestuais, imagéticas, midiáticas”, assim como para Foucault (2013 apud. SILVA e JÚNIOR, 2014, p. 13), os discursos não são enunciados de maneira aleatória, mas possuem diversos processos que buscam controlar essa produção discursiva. É nesse sentido da narrativa, da construção do discurso, que a língua portuguesa ganha um espaço enunciativo de peso na adesão da Guiné Equatorial à CPLP, uma vez sendo utilizada como elo simbólico entre a história colonial do país e os seus objetivos políticos atuais.

A adoção do português como língua oficial do país pode ser vista não apenas como o atendimento a um requisito formal imposto pela CPLP, mas também como um reforço à narrativa do Estado de reconfiguração de sua identidade nacional, que buscou apropriar-se da lusofonia como um recurso político, utilizando a língua, enquanto elemento da cultura nacional, para simbolizar uma nova representação do Estado no sistema internacional. Em outras palavras, pode-se afirmar que o país, ao retomar seu passado colonial, inventou uma tradição que antes era atribuída majoritariamente à identidade hispânica.

O conceito de “tradição inventada” foi apresentado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm (1997), ao argumentar que muitas das práticas, memórias e símbolos que

consideramos parte de uma identidade nacional foram inventadas para atender a necessidades específicas em dados momentos histórico-políticos. Dessa forma:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, **sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.** [...] Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. (HOBSBAWM, 1997, p. 9, grifo nosso).

Nesse sentido, a justificativa da adoção da língua portuguesa na Guiné Equatorial não se baseia em uma realidade histórica profunda, mas em uma construção artificial que busca conectar o Estado às raízes lusófonas históricas, que remontam à época colonial em territórios como a ilha de Annobón. Além disso, o argumento da proximidade com países de língua portuguesa, como São Tomé e Príncipe, procurou estabelecer uma conexão contínua com um passado que antes não era considerado com tanta intensidade na cultura nacional. Essa tradição serviria ao propósito de justificar a inclusão do país em uma comunidade de Estados que compartilham o português como um símbolo de identidade cultural. Logo, essas práticas simbólicas podem ser criadas e/ou reforçadas para legitimar determinadas narrativas político-culturais, conforme o que aponta Moreno:

No decorrer dos séculos XIX e XX, a identidade nacional paulatinamente se deslocou para o campo das representações já consolidadas, capaz de ser fundamento para a mobilização política e ideológica, envolvendo, inclusive, fatores emocionais e afetivos como a segurança, as certezas, as esperanças e, até mesmo, a fé, tornando-se importante elo explicativo para a relação entre o passado, o presente e o futuro. (MORENO, 2014, p. 10-11)

Destarte, a invenção de tradições se mostra um poderoso instrumento político às nações, sobretudo em contextos pós-coloniais. Muitos hábitos, embora apresentados como

antigos e imutáveis, são concepções recentes e de cunho majoritariamente político. No que diz respeito ao elemento da “repetição” no âmbito da invenção de tradições, observa-se na história da Guiné Equatorial uma recorrência de eventos similares, ao se pensar na oficialização de três idiomas em momentos diferentes e por motivações políticas específicas, como visto no capítulo anterior. Assim, considerando a construção da identidade através da língua e que, a própria língua em si é dinâmica (TOSATTI, 2020, p. 188), reitera-se que as identidades nacionais são fenômenos recentes e moldadas de acordo com interesses políticos.

Por outro lado, Anthony Smith (2000, p. 202 apud MORENO, 2014, 19) distancia-se da ideia de invenção ao assumir que a nação é puramente um aglomerado de eventos históricos, o que caracterizaria a identidade como uma recombinação de elementos que já estavam disponíveis. Contudo, Smith também assente que a identidade é um fenômeno cultural que pode ser utilizado de acordo com a política e com a ideologia. Adicionalmente, o conceito de mito fundador, fundamento pela filósofa Marilena Chauí (2000), é útil para designar essas construções subjetivas do homem, tendo como base a ideia de que nada no mundo é “achado” ou “descoberto”, mas construído de acordo com a vontade e a subjetividade dos homens.

O mito fundador, como apresentado por Marilena Chauí (2000), refere-se a construções narrativas que oferecem uma explicação simbólica para a origem de uma identidade coletiva, seja ela nacional, cultural ou política. Esses mitos não são descrições factuais ou neutras de eventos históricos; ao contrário, são interpretações construídas com o objetivo de dar coerência, sentido e legitimidade a um determinado grupo social ou projeto político. Trata-se, portanto, de uma narrativa seletiva, que escolhe e reorganiza elementos do passado para justificar e consolidar uma determinada visão de mundo no presente.

O mito fundador é, muitas vezes, caracterizado pela tentativa de estabelecer um marco inicial incontestável e absoluto, para conferir legitimidade da “continuidade”, anteriormente discutida, à identidade que se pretende consolidar. Dessa forma, esse dado marco histórico não precisaria ser verificado, uma vez que sua força reside no poder simbólico que exerce sobre a imaginação coletiva, outorgando coesão, segurança e pertencimento. Ademais, o mito atua como uma referência central, que une diferentes indivíduos em torno de uma mesma história de origem, sendo uma ferramenta que dá poder à narrativa. Ao estabelecer uma origem comum, ele delimita quem pertence e quem não pertence ao grupo, traçando fronteiras identitárias que, portanto, servem tanto para integrar quanto para excluir.

A repetição constante desses mitos em discursos públicos, símbolos nacionais e ritos culturais contribui para a sua naturalização, tornando-os parte essencial da identidade coletiva. Essa construção não é vista como uma falsificação ou invenção sem fundamento, mas como uma interpretação intencional do passado, orientada pelas necessidades e interesses do presente, o que dialoga com aquilo dito por Smith. Por fim, o mito fundador dialoga com questões de poder e memória coletiva, ao selecionar o que será lembrado e o que será esquecido, ajudando a estruturar uma narrativa identitária sólida, mobilizada em momentos de transformação social ou de redefinição de fronteiras político-culturais. É nesse sentido que se revela um conceito central para a compreensão das relações entre história, memória e identidade.

Nessa significação, a identidade nacional que se pode construir através da língua não seria apenas uma composição cultural, mas um recurso estratégico que pode ser utilizado pelo Estado para alcançar seus objetivos. É importante observar que para inventar uma tradição, ou fundar um mito, são necessários instrumentos institucionais do Estado e, na Guiné Equatorial, isso se concretizou através de sua política linguística:

Na Guiné-Equatorial ocorre o que o Professor Louis-Jean Calvet (em 2006) chamou literalmente de “A guerra das línguas” porque houve uma sede de oficializar várias línguas que por sinal não são usadas na prática. Entendemos que seja uma política linguística “ambiciosa” que não ajuda efetivamente à população equatorial-guineense. [...] O espanhol salta a vista enquanto que as outras línguas oficiais ainda estão hibernadas ou mesmo usadas de forma tímida uma vez que há dificuldades no planejamento linguístico [...]. Cada uma dessas línguas oficiais quer o seu espaço, num mesmo povo e num mesmo país composto por pouco mais de 2 milhões de habitantes [...]. (TIMBANE, 2022, p. 181).

De acordo com Calvet (2007, p. 11) a política linguística pode ser definida como uma “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” e o planejamento linguístico seria a sua implementação. Na formação dos Estados nacionais, o planejamento linguístico faz parte de estratégias de poder que envolvem inclusão, exclusão e silenciamento. Essas políticas linguísticas não são neutras, mas refletem decisões políticas

que moldam a forma como as línguas são percebidas e reguladas. Ao longo da história, as políticas linguísticas promovidas pelos aparatos de poder criaram discursos que evidenciam algumas línguas enquanto silenciam outras, ignorando a real complexidade da diversidade linguística. Portanto, a política linguística desempenha um papel fundamental na consolidação de projetos de poder, ao influenciar não apenas as práticas de comunicação, mas também as identidades culturais e sociais (COLAÇA E MARIANI, 2024, p. 3), considerando que “toda língua é uma forma de expressão da cultura e da identidade de um povo” (TIMBANE, 2022, p. 188).

A partir da invenção da tradição lusófona, a Guiné Equatorial tornou-se estranha no contexto lusófono. Bethania Mariani (2003, p. 11) diz que, quando se fala em língua portuguesa, não se fala sobre as diferentes práticas linguísticas presentes no território português, mas sim sobre “a imagem constitutiva dessa língua como uma unidade imaginária”. Isto é, a língua portuguesa é uma instituição. Nesse sentido, a narrativa da “lusofonia” equato-guineense permitiu a projeção, embora controversa, de uma nova identidade nacional, no âmbito internacional, a partir da criação dessa nova instituição considerada moderna no país. Essa construção identitária e, conseqüentemente institucional, demonstrou-se eficaz enquanto estratégia política, ao conseguir atender tanto às necessidades internas de coesão nacional, quanto às exigências externas de legitimação internacional.

Internamente, o português contribuiu na criação de uma narrativa de unidade nacional, a partir da herança colonial portuguesa, em um país marcado pela diversidade e fragmentação étnico-linguística; externamente, promoveu uma identidade lusófona que tornou formalmente acessível ao país uma rede internacional que pode lhe conferir respeitabilidade e oportunidades de participar em diálogos globais que poderiam melhorar sua imagem autoritária. Em resumo, ao adotar o português, o país não estava apenas adicionando uma nova língua ao seu repertório - inclusive, há muitas ressalvas sobre a internalização efetiva do português na realidade do país - (LEITE, 2020, 63), mas buscava construir uma nova narrativa sobre “quem é” a Guiné Equatorial e como se posiciona no cenário internacional.

Em vista disso, a adoção do português como língua oficial pela Guiné Equatorial demonstra como a política linguística pode ser utilizada para conectar identidade e perspectivas internacionais. Nesse processo, a oficialidade da língua portuguesa não foi apenas um pré-requisito para ingressar na CPLP, mas um ativo simbólico que permitiu ao

país construir a narrativa de sua comunidade internacional, reforçando uma identidade criada para fins políticos. Essas estratégias demonstram a importância da identidade, que, quando articulada e integrada, pode construir relações que fortalecem a posição do Estado no cenário internacional. No próximo tópico, será aplicada a discussão supramencionada à questão do autoritarismo na Guiné Equatorial, sendo a aspiração política enfocada nesta pesquisa.

2.2. Projeção internacional: legitimação de práticas autoritárias através da identidade?

A história política pós-colonial da Guiné Equatorial pode ser dividida em apenas duas fases: Governo Francisco Macías Nguema Bidyogo e Governo Teodoro Obiang Nguema. Macías Nguema saiu vitorioso das primeiras eleições livres em 1968, co-organizadas pelos franquistas espanhóis. Pouco tempo após sua vitória, instaurou um regime ditatorial violento, proibindo a língua espanhola e a Igreja Católica. O sistema educacional entrou em colapso, uma vez ordenado o fechamento de todas as escolas que utilizassem o espanhol como língua de ensino, que eram majoritárias, sem planejar um novo sistema que se baseasse no ensino por meio de línguas nativas ou outro idioma (DOPPELBAUER e SCHLUMPF, 2023, p. 154).

Em 1979, houve o “Golpe da Liberdade” e Macías foi deposto em um golpe militar liderado por seu próprio sobrinho, Obiang Nguema, restabelecendo o espanhol na Constituição de 1982 e encerrando o primeiro período de terror no país, visto que as práticas repressivas foram herdadas do governo anterior e mantidas.

Nesse contexto de continuidade e controle, a Guiné Equatorial é nomeadamente uma república presidencialista. O poder executivo cabe ao Presidente, que atua como Chefe de Estado e é responsável por nomear o Primeiro-Ministro. O Presidente é eleito para um mandato de 7 anos, com possibilidade de reeleição ilimitada, por meio de um sistema majoritário. O poder legislativo é exercido pela Câmara dos Representantes do Povo, cujos membros são eleitos para períodos de cinco anos. O poder judicial é garantido pelo Supremo Tribunal, cujos membros são nomeados e podem ser removidos a qualquer momento pelo Presidente (VAZ, 2013, p. 627).

Em 1991, sob forte pressão internacional, foi instaurado um regime “multipartidário” na Guiné Equatorial. No entanto, os resultados das diversas eleições realizadas desde então são amplamente considerados fraudulentos por observadores internacionais. O Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE), liderado por Obiang, venceu todas as eleições da

história, com resultados que variam entre 95% e 100%, de acordo com dados da *African Elections Database*, em coligação com outros 9 pequenos partidos (ibid.). Em 2024, o atual presidente completou 46 anos de governo, no qual a corrupção e a violência civil e política permanecem presentes (HLYNSSON, 2024, p. 7).

O relatório de 2023 da *Freedom House*, a mais antiga organização americana dedicada ao apoio e defesa da democracia ao redor do mundo, indica uma pontuação geral de 5/100, relativo ao status de liberdade do país, rotulando-o como “*not free*”. A metodologia é aplicada a partir da investigação da realidade dos direitos políticos e das liberdades civis do país. A tabela abaixo apresenta as pontuações do país nos últimos 10 anos:

Quadro 1 - Índices anuais de liberdade na Guiné Equatorial

Ano	Direitos Políticos	Liberdades Civis	Status de Liberdade
2014	7	7	Não Livre
2015	7	7	Não Livre
2016	7	7	Não Livre
2017	1	7	Não Livre
2018	1	6	Não Livre
2019	0	6	Não Livre
2020	0	6	Não Livre
2021	0	5	Não Livre
2022	0	5	Não Livre
2023	0	5	Não Livre

Fonte: *Freedom House Reports* (tabela atualizada de VAZ, 2013)

Os números expressam um declínio na liberdade geral no país, especialmente em relação aos direitos políticos. A República é nomeadamente um sistema multipartidário, mas demonstra que a centralização prevalece enraizada no país desde os tempos coloniais. A Guiné Equatorial aparece em, praticamente, todos os relatórios anuais da *Freedom House*, de 2014 a 2023, na categoria “*Worst of the Worst*”, sendo um dos 12 de 55 países e territórios designados como “Não Livre” que receberam a pior classificação possível para direitos políticos e liberdades civis.

Observa-se que desde o ano de adesão do país à CPLP, em 2014, os direitos políticos e civis decaíram de maneira considerável, sendo, de certa forma, contraditório, à luz de que

um dos princípios orientadores da CPLP, indicado nos seus Estatutos é o: “Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, da Boa Governação, dos Direitos Humanos e da Justiça Social” (Art. 5º, §1, e). Mesmo após uma década de adesão, a Guiné Equatorial percorre um caminho contrário aos fundamentos democráticos que guiam a CPLP, respondendo às diversas preocupações internacionais quando da sua declaração de intenção à adesão (LEITE, 2020, p. 68).

Nesse sentido, considerando que “a Guiné Equatorial tem um regime que não respeita os direitos políticos e as liberdades civis dos seus cidadãos” (VAZ, 2013, p. 628), o Estado caracteriza-se como um governo autoritário, uma vez que o autoritarismo é um sistema político no qual não se visualiza qualquer espaço para a liberdade, sendo o que melhor se define como o oposto de democracia (SARTORI, 1994, p. 257). A ausência de liberdades políticas, o controle centralizado do poder e a repressão de qualquer tipo de dissidência são elementos centrais que definem regimes autoritários, como observa Linz (1964), que distingue esse tipo de governo pela limitação do pluralismo político, a ausência de uma ideologia abrangente e a concentração de poder em um líder ou pequeno grupo.

Na Guiné Equatorial, essas características expressam-se através da perpetuação do poder de Obiang Nguema, um dos líderes mais longevos em África, e agravam-se pelas desconfianças nas eleições livres e justas, junto a repressão de opositores políticos, sendo estas, práticas típicas de regimes autoritários que visam manter o status quo e eliminar quaisquer ameaças à hegemonia do poder. Como observa Gomes (2023, p. 17), acerca do autoritarismo, “basta prestar atenção à estrutura governamental: o pai é presidente e o filho é vice-presidente”. Além disso, como destaca Diamond (1999), regimes autoritários frequentemente mantêm uma fachada de legalidade e instituições formais que, na prática, não garantem os direitos fundamentais da população, mas servem para legitimar o poder consolidado.

Ao situar o país nesse contexto, observa-se que a adesão do país à CPLP não resultou em mudanças substanciais no regime político, permanecendo práticas autoritárias que restringem as liberdades civis e os direitos políticos. À época da integração, ainda vigorava no Código Penal da Guiné Equatorial a aplicação da pena de morte, cuja abolição era um requisito do roteiro de condicionalidades da CPLP, que só foi efetivada em 2022. Dessa forma, a entrada para o organismo lusófono tornou-se uma estratégia do regime de Obiang para adquirir legitimidade internacional e amenizar críticas externas. Essa utilização da

política externa como ferramenta de sobrevivência do regime é coerente com a perspectiva de Sartori (1994), segundo a qual regimes autoritários não buscam a promoção de liberdades, mas perpetuar o controle centralizado do poder.

Nesse contexto, a projeção internacional da Guiné Equatorial, ancorada na construção de uma identidade lusófona, representa uma estratégia deliberada de legitimação externa do regime autoritário. Como aponta Keohane (1984), os regimes internacionais não devem ser interpretados como elementos de uma nova ordem internacional "além do Estado-nação", mas como arranjos motivados por interesse próprio, isto é, como componentes de sistemas nos quais a soberania permanece um princípio constitutivo. Isso significa que eles serão amplamente moldados por seus membros mais poderosos, que buscam seus próprios interesses. As percepções de interesse próprio dependem tanto das expectativas dos atores sobre as prováveis consequências de ações específicas quanto de seus valores fundamentais. Dessa forma, os regimes certamente podem afetar expectativas e, eventualmente, valores também:

Os regimes não apenas são compatíveis com o interesse próprio, mas, em algumas condições, podem até ser necessários para a sua busca eficaz. Eles facilitam o funcionamento eficiente de sistemas políticos internacionais descentralizados e, portanto, desempenham uma função importante para os Estados. Em uma economia política mundial caracterizada por crescente interdependência, eles podem se tornar cada vez mais úteis para os governos que desejam resolver problemas comuns e buscar objetivos complementares sem se submeter a sistemas hierárquicos de controle (KEOHANE, 1984, p. 63).

A instrumentalização da identidade, nesse sentido, não se versa exclusivamente sobre o campo cultural, mas se desloca para a ordem política, onde a língua se torna um elemento simbólico de aproximação de sistemas não-hierárquicos de controle. Como visto, o “nguemismo” confirma-se ano após ano, internamente, pelas eleições na Guiné Equatorial e em 2014, passa oficialmente a obter apoio também a nível internacional junto a CPLP, que teria como desafios o monitoramento das práticas antidemocráticas e anti-valores-fundamentais estabelecidos pelos Estatutos do organismo (SÁ, 2016, p. 157), constituindo-se em um poder discreto, ou simbólico.

De acordo com Bourdieu (1989), o poder simbólico consiste na capacidade de moldar a realidade ao estabelecer sentidos, valores e classificações que, ao se apresentarem como

“naturais” e “desinteressados”, orientam a percepção e a ação dos agentes sociais. Esse poder é exercido ao “fazer ver e fazer crer”, influenciando tanto a visão quanto a prática dos indivíduos em relação ao mundo, provocando, assim, a sua própria transformação. Nesse sentido, embora não se manifeste por meio da força física ou econômica, consegue alcançar efeitos equivalentes a partir do reconhecimento e da outorga de legitimidade, ou seja, sua natureza arbitrária precisa ser ignorada pelos agentes envolvidos, o que evidencia seu papel central na manutenção de hierarquias e na reprodução das estruturas sociais (ROSA, 2017, p. 6).

Na mesma linha, para Gellner (1993, p. 89 apud Moreno, 2014, p. 16), as nações buscam amalgamar a unidade política a uma unidade cultural, simbólica, e a ação centralizada do Estado pode proporcionar a homogeneização de uma identidade nacional. Assim, a oficialização do português na Guiné Equatorial e a adesão à CPLP funcionam como um mecanismo simbólico de reforço da legitimidade de um regime autoritário, por meio de uma narrativa de pertencimento a essa comunidade internacional que promove e busca sempre alinhar-se a valores democráticos. A identidade projetada pela Guiné Equatorial não reflete uma mudança efetiva da governança interna, mas um discurso elaborado para responder às expectativas e demandas da comunidade internacional. Como destaca Mbembe (2001), em muitos Estados africanos, a dinâmica pós-colonial apresenta uma constante reinterpretação de símbolos e identidades, para sobreviver às negociações de poder e obter influência em um sistema internacional ainda marcado por assimetrias históricas.

Igualmente, Brucan (1974, p. 63 apud. BICA, 2021, p. 7) diz que, em geral, o objetivo dos Estados ao atuar no sistema internacional é obter uma posição mais favorável neste cenário e promover seus próprios interesses, influenciar na resolução de assuntos e problemas de seu interesse, aumentar seu poder e mudar a relação de forças a seu favor. Dessa maneira, pode-se dizer que os Estados buscam sempre aparentar uma imagem favorável perante o internacional. As diversas representações da nação, expressas nos discursos de diferentes correntes políticas, desempenham o papel de construir significados, funcionando como um instrumento de legitimação e influenciando diretamente a formulação de estratégias, projetos e outras ações.

Nessa sequência, é deliberado que o conjunto de significados construídos constituam algo maior e mais sólido, que possua a força e a legitimidade para atuar como um sistema de atribuições simbólicas, encontrando, logo, o conceito de “comunidades imaginadas”. O

cientista político e historiador Benedict Anderson, propõe que a nação é uma *comunidade* política *imaginada*, isto é, intrinsecamente *limitada* e, ao mesmo tempo, *soberana*. Sobre as definições de “imaginada”, “limitada”, “soberana” e “comunidade”, Anderson (2008, p. 33-34) diz que:

[...] *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.

[...] *limitada* porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade.

[...] *soberana* porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina. Amadurecendo numa fase da história humana em que mesmo os adeptos mais fervorosos de qualquer religião universal se defrontavam inevitavelmente com o pluralismo vivo dessas religiões e com o alomorfismo entre as pretensões ontológicas e a extensão territorial de cada credo, as nações sonham em ser livres — e, quando sob dominação divina, estão diretamente sob Sua égide. A garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano.

[...] *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas.

Assim, define-se comunidades imaginadas, de acordo com as quatro dimensões explicitadas, como construções simbólicas que buscam consolidar uma identidade nacional compartilhada, mesmo quando essa identidade não se fundamenta em uma continuidade histórica ou em laços objetivos evidentes. Para nações pós-coloniais, como a Guiné Equatorial, esse conceito adquire especial relevância, já que a formação nacional não decorre de uma unidade linguística, cultural ou histórica preexistente, mas de estratégias discursivas que visam legitimar a posição do país no cenário internacional. A emergência dessas comunidades se relaciona a fatores históricos, como a disseminação da imprensa e o surgimento de línguas vernaculares que possibilitaram a criação do ideal de “nação”. Com o avanço dos meios de comunicação, as populações passaram a se enxergar como parte de um

corpo político-cultural coeso, que compartilha valores e memórias, independente de diferenças internas.

Dessa maneira, a adoção do português na Guiné Equatorial foi também uma estratégia de inserção internacional de uma comunidade imaginada em cima daquela língua. O português, longe de ser um idioma neutro, torna-se então um instrumento de dominação, utilizado para projetar poder tanto no cenário global quanto no contexto interno. A análise da trajetória política da Guiné Equatorial ilustra como a identidade nacional e a política linguística foram utilizadas na construção de uma imagem “positiva” no cenário internacional e ao mesmo tempo na manutenção de práticas autoritárias internamente. A entrada na CPLP e a adoção do português refletem um esforço planejado para fortalecer simbolicamente a legitimidade do governo, ao promover uma narrativa de adesão aos valores democráticos sem que isso resultasse em mudanças substanciais na forma de governar.

Ao se efetivar como membro de uma comunidade internacional composta por Estados que, em tese, partilham valores democráticos e culturais comuns, a Guiné Equatorial busca minimizar as críticas direcionadas ao seu regime autoritário enquanto expande sua influência no âmbito internacional. Isso ilustra como a língua e a identidade são mobilizadas não apenas como heranças culturais, mas como ferramentas ativas de poder e dominação, tanto no período colonial quanto no pós-colonial. A tentativa de se conectar com a lusofonia é uma estratégia que, embora simbolicamente potente, revela diversas contradições. Dessa maneira, a questão linguística no país é inseparável de seu contexto político e de suas dinâmicas de poder e, nesse sentido, “a língua oficial é um instrumento de poder. Quem a conhece tem mais privilégios do que quem não a conhece. Sendo assim, oferecer a oficialidade a uma língua é atribuir um poder.” (TIMBANE, 2022, p. 189).

Nesse sentido, em 2011, pouco tempo após a recusa do primeiro pedido de adesão de Guiné Equatorial à CPLP, diplomata brasileiro relatou que persistiam preocupações significativas de vários Estados-membros, especialmente de Portugal, em relação à democracia e ao respeito pelos direitos humanos na Guiné Equatorial. Além do critério da língua comum, a CPLP se define pela convergência de valores políticos e sociais. Assim, a adesão de Malabo, se não fosse percebida como parte de um esforço concreto para a promoção da democracia e a defesa dos direitos humanos, enfrentaria inevitavelmente resistência por parte da opinião pública dos países-membros. Foi sugerido, de forma objetiva, que a existência da pena de morte e a manutenção de presos políticos são práticas

incompatíveis com os princípios adotados por qualquer membro da CPLP e que a superação dessas práticas poderia ser apresentada como um progresso diretamente relacionado ao processo de adesão (BRASIL. MRE. DELBRASCPLP, 2011).

3. O PROCESSO DE ADESÃO: INSTRUMENTOS E ATORES POLÍTICOS

Nos capítulos anteriores, foi traçada uma linha histórica e conceitual que explora como a identidade, a língua e o discurso foram mobilizados pela Guiné Equatorial para construir uma narrativa simbólica de pertencimento à CPLP. Observou-se como as atribuições de sentido desempenharam um papel central no projeto de legitimação internacional do regime autoritário do presidente Obiang Nguema e como nesse processo o português emergiu como uma unidade estratégica fundamental, representando não apenas um elemento cultural, mas um mecanismo de integração e projeção internacional. No entanto, para além das articulações teórico-conceituais, essa dinâmica necessariamente se materializou através de instrumentos concretos e ações estratégicas que possibilitaram a efetivação da adesão da Guiné Equatorial à CPLP.

Nesse sentido, este capítulo busca identificar e analisar os principais instrumentos políticos utilizados, explorando como foram fundamentais para transformar a narrativa simbólica em ações práticas e concretas. Para tanto, será inicialmente discutido o papel do soft power, de onde derivam os outros instrumentos práticos, uma vez que não houve qualquer ação coercitiva através do uso da força. A partir desse “poder brando”, será ressaltada a importância da teoria da escolha racional nesse contexto, visto que as tomadas de decisão ocorridas no processo de adesão não foram feitas de maneira randomizada, mas “racional”.

Assim, analisar-se-á as seguintes ferramentas: a abolição da pena de morte, o apoio de Estados Membros e as relações econômicas do setor energético. Além disso, será feita uma análise PEST/SWOT, que identifica forças, fraquezas, oportunidades e ameaças em relação às áreas política, econômica, social e tecnológica. Por fim, será apresentado um mapeamento dos principais atores envolvidos no processo de adesão, a fim de ilustrar de forma direta o contexto em que ela se deu.

3.1. Soft power e a escolha racional

O conceito de soft power, originalmente desenvolvido por Joseph Nye (2004), trouxe uma nova perspectiva para o estudo das relações internacionais ao destacar a importância de recursos intangíveis, a exemplo da cultura, como ferramentas de influência política. Diferente do hard power, que recorre à coerção militar ou ao incentivo econômico direto, o soft power atua de maneira discreta, buscando arquitetar tomadas de decisão através da persuasão, ao invés da imposição. O verdadeiro poder, segundo Nye (2021, p. 2), não está em forçar ou subornar os outros, mas em convencê-los a querer o que você deseja, promovendo uma narrativa convincente e atrativa. “Um país pode alcançar os resultados que deseja na política mundial porque outros países - admirando seus valores, imitando seu exemplo e aspirando ao seu nível de prosperidade e abertura - querem segui-lo.” (NYE, 2004, p. 5).

No processo de adesão da Guiné Equatorial à CPLP, o soft power revelou-se essencial, especialmente por meio da mobilização de instrumentos políticos que reforçaram uma narrativa de transformação e alinhamento a valores democráticos internacionais. O uso da língua portuguesa como elemento identitário, abordado nos capítulos anteriores, já se posicionava como um componente estratégico desse poder simbólico. No entanto, a construção dessa narrativa não se limitou ao campo discursivo, sendo sustentada por ferramentas concretas, utilizadas para influenciar o posicionamento dos atores envolvidos no processo.

Nesse sentido, Nye (2004) aponta que o soft power depende da capacidade de construir uma imagem internacional coerente e atraente, em que valores culturais e políticos são apresentados como exemplares. A Guiné Equatorial buscou essa coerência por meio de instrumentos como a moratória da pena de morte, uma das condicionalidades fundamentais para a adesão ao organismo. Em relação à “atração”, um elemento essencial foi a questão econômica, baseada nas reservas de petróleo e gás natural do país como moeda de troca para obter apoio político. Como destaca Keohane (1984), os recursos energéticos frequentemente funcionam como instrumentos geoestratégicos em negociações internacionais, permitindo aos Estados menos democráticos ampliar sua influência sem precisar se submeter a reformas internas profundas.

No âmbito de uma cooperação alcançada por meio de barganha, esta normalmente ocorre em vários episódios ao longo do tempo. As negociações sobre arranjos econômicos

internacionais, comércio e energia acontecem continuamente e devem continuar indefinidamente no futuro. Além disso, o fato de muitas negociações intimamente relacionadas ocorrerem simultaneamente reforça o caráter de "jogo de múltiplas rodadas" em vez de "jogo de rodada única" (id., p. 76), ou seja, existem benefícios a ser obtidos por essa integração, desde que seus membros consigam estruturar adequadamente suas relações para capturá-lo. O fato da possibilidade de repetição e ganhos futuros muda significativamente o jogo (SHEPSLE, 1997).

A aplicação do soft power nesse processo ilustra como estratégias não coercitivas foram empregadas para alcançar o resultado esperado. Se nos capítulos anteriores a análise centrou-se na construção discursiva e identitária, agora torna-se necessário compreender como essas estratégias se materializaram em ações concretas, orientadas por uma lógica de maximização de benefícios. O soft power aumenta ou diminui com base nos eventos geopolíticos mundiais e na percepção global, correta ou equivocada, sobre o país em questão (CRISTO, 2005, p. 99). Nesse cenário, a teoria da escolha racional, desenvolvida por Kenneth Shepsle (1997), amplamente reconhecida por sua explicação do processo de tomada de decisões, oferece um prisma interpretativo fundamental para entender como as escolhas são feitas de maneira deliberada.

A teoria da escolha racional, também chamada de teoria política formal, teoria política positiva ou economia política, parte do pressuposto de que atores políticos são agentes racionais, que avaliam as suas opções de escolha disponíveis para selecionar aquelas que oferecem maior probabilidade de atingir seus objetivos. Assim, conclui-se que muitos instrumentos políticos não são adotados aleatoriamente, mas configuram uma escolha racional voltada para a maximização dos ganhos políticos e econômicos, ao mesmo tempo que busca minimizar os riscos possíveis, dentro de um conjunto de restrições institucionais e contextuais (id., p. 29). Nesse cenário, pode-se afirmar que as estratégias adotadas por Estados não são resultados de ações impulsivas ou acidentais, mas de uma lógica racional que orienta suas decisões nas arenas internacionais.

A decisão da Guiné Equatorial de aderir à CPLP envolveu a análise das possíveis repercussões políticas e econômicas, assim como as vantagens que poderiam ser obtidas em termos de legitimidade internacional e fortalecimento das alianças externas. Segundo a escolha racional, os atores avaliam custos e benefícios ao considerar cada movimento estratégico, ajustando suas ações conforme as oportunidades percebidas. Shepsle (ibid.)

ressalta que a racionalidade das escolhas não implica perfeição, mas sim uma tentativa de agir de forma coerente com as informações disponíveis e os objetivos em questão. Assim, a Guiné Equatorial identificou na adesão à CPLP uma oportunidade para minimizar os custos de isolamento político e maximizar os ganhos de pertencimento a uma comunidade internacional que promove valores democráticos.

Ao relacionar a teoria da escolha racional ao conceito de soft power, identifica-se um padrão estratégico deliberado, em que decisões são guiadas por uma análise lógica de custos e benefícios. Atores políticos não agem de maneira impulsiva ou aleatória, mas procuram agir racionalmente dentro da sua arena decisória, ajustando suas escolhas a partir das oportunidades percebidas. Nesse sentido, a Guiné Equatorial adotou uma série de instrumentos políticos ao avaliar as oportunidades e as ameaças envolvidas, para consolidar sua legitimidade internacional e minimizar as pressões externas, sem comprometer a estabilidade interna do regime. Portanto, o uso de ferramentas de soft power reforça a lógica de sobrevivência do regime autoritário de Obiang, alinhando-se a uma visão pragmática de política externa.

A partir desse entendimento, pode-se agora identificar e analisar os principais instrumentos utilizados pela Guiné Equatorial no processo de adesão à CPLP. Esses instrumentos serão apresentados como parte de uma estratégia coordenada para garantir o apoio necessário à sua integração.

3.2. Instrumentos políticos utilizados

O novo país admitido na CPLP deveria aderir sem reservas aos Estatutos da organização, após demonstrar o cumprimento de um roteiro definido pela própria Comunidade. Esse plano de adesão foi estruturado em cinco eixos estratégicos: 1. Adoção e utilização da língua portuguesa na Guiné Equatorial; 2. Acolhimento e implementação do acervo comunitário; 3. Reabilitação da memória histórica e cultural; 4. Comunicação institucional; e 5. Promoção e integração da sociedade civil nas atividades da CPLP. O quinto eixo nunca foi comentado ou detalhado nos memorandos das missões de monitoramento da CPLP à Guiné Equatorial, desde 2012. Em contrapartida, os demais eixos receberam atenção especial, envolvendo discussões sobre respeito aos direitos humanos, a confiabilidade do regime democrático, a eliminação da pena de morte e a implementação do ensino da língua portuguesa (SÁ, 2016, p. 156).

A aceitação da Guiné Equatorial foi condicionada à adesão dos compromissos assumidos no roteiro. Entretanto, na prática, as condições estabelecidas não foram integralmente cumpridas, o que levanta o questionamento de como se justificou a entrada do país na CPLP, mesmo diante de evidentes lacunas no cumprimento das exigências previstas.

3.2.1. Condicionalidade: a abolição da pena de morte

A interpretação das condicionalidades estabelecidas para a adesão foi uma das estratégias de maior peso no processo. A mais emblemática dessas concessões foi a questão da pena de morte, um marco importantíssimo para viabilizar a entrada do país. A abolição dessa prática, amplamente debatida nos encontros da CPLP, foi vista como uma oportunidade da Guiné Equatorial demonstrar compromisso com os princípios humanitários da comunidade lusófona, uma condição inegociável, especialmente para Portugal (CAHEN, 2017, p. 90).

A princípio, as questões relacionadas aos direitos humanos eram amplas, mas acabaram sendo reduzidas à exigência de que a Guiné Equatorial abolisse a pena de morte. Contudo, apenas três dias antes da reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP, realizada em Maputo, no dia 20 de fevereiro de 2014, o governo da Guiné Equatorial anunciou verbalmente uma "moratória", que é, na realidade, uma suspensão temporária da pena de morte e não sua abolição *ad aeternum*⁹. Mesmo assim, a iniciativa foi considerada satisfatória em atender o requisito do roteiro de condicionalidades, apesar de que, como observou Cahen (2017, p. 92), uma ONG denunciou que o regime havia executado opositores poucos dias antes de a moratória entrar em vigor.

A adoção da moratória foi anunciada estrategicamente poucos dias antes da reunião ministerial, no momento em que o processo de adesão alcançava um ponto decisivo - ato que poderia ter sido realizado desde 2004 (CAHEN, 2015, p. 92). O governo equato-guineense entendeu que sem esse gesto não conseguiria reverter a oposição mais contundente dentro da organização, Portugal. Embora não representasse a abolição definitiva da pena de morte, a medida foi suficiente para neutralizar parte das críticas internacionais. Essa ação contribuiu diretamente para alterar o posicionamento de Portugal, convertendo o que era uma resistência quase generalizada em um apoio mais pragmático e interessado na expansão da CPLP.

⁹ É interessante observar que apenas em 2022, oito anos depois da adesão, o Presidente Obiang Nguema Mbasogo anunciou o fim da pena de morte no país, por meio do novo código penal (Lei n.º 4/2022). No entanto, ainda existem ressalvas quanto à manutenção da correspondente prática no Código Militar.

A importância desse instrumento não está apenas no conteúdo da concessão em si, mas também no momento e na forma como foi implementado. O timing político foi fundamental para o sucesso. Ao adotar a moratória no auge das negociações, a Guiné Equatorial conseguiu alinhar-se às normas da CPLP, como uma forma de “accountability”, fortalecendo o argumento de que o país estava disposto a reformar práticas institucionais para atender aos princípios fundamentais da comunidade. Esse gesto, mesmo que não tenha sido acompanhado de mudanças estruturais significativas no curto prazo, ofereceu uma justificativa política para os Estados-membros que desejavam legitimar a adesão. Em dezembro de 2013, a então Embaixadora de Portugal na Guiné Equatorial afirmou que aquele país europeu aceitaria a adesão, caso houvesse, pelo menos, uma declaração de “moratória” da pena de morte por parte do governo local. Segundo a avaliação da Embaixadora portuguesa, o Presidente Obiang havia afirmado que acataria a ideia da suspensão (BRASIL. MRE. BRASEMB MALABO, 2013).

Na prática, o impacto da moratória da pena de morte foi duplo. Por um lado, serviu para atender às exigências formais e legitimar a entrada da Guiné Equatorial na CPLP. Por outro, permitiu ao país estabelecer precedentes sobre como a adaptação parcial a determinadas normas pode ser suficiente para garantir avanços significativos na diplomacia, como elencado pelo analista e acadêmico cabo-verdiano, André Corsino Tolentino, em entrevista à Agência Lusa (2016): “Não vejo que venha a haver recuperação. A pena de morte continua na Constituição, a tendência para o reforço da ditadura mantém-se, a língua portuguesa não é língua oficial e não há condições para se transformar e se introduzir uma nova língua e torná-la oficial”. A moratória não foi um fim em si mesma, mas um meio para abrir as portas da comunidade, sem comprometer, de fato, a estrutura interna do regime.

3.2.2. Relações bilaterais e multilaterais: o apoio dos Estados-Membros

A diplomacia multilateral e bilateral foi uma das estratégias centrais no processo de adesão da Guiné Equatorial à CPLP. Desde o início das negociações, o governo equato-guineense mobilizou esforços significativos para conquistar o apoio de países estratégicos, especialmente Angola e Brasil, cuja influência dentro da CPLP foi decisiva para viabilizar sua candidatura. É razoável dizer que esses países enxergaram na inclusão da Guiné Equatorial uma oportunidade para fortalecer sua presença e a da Comunidade no Golfo da Guiné, uma região de extrema e crescente importância geopolítica devido às reservas de petróleo e gás natural (GOMES, 2023).

No plano bilateral, a Guiné Equatorial concentrou seus esforços em estreitar laços com Angola. O apoio angolano foi motivado por interesses no setor energético, uma vez que ambos os países compartilham preocupações comuns relacionadas à exploração de recursos naturais e segurança marítima na região do Golfo da Guiné. A influência de Angola foi igualmente decisiva para neutralizar a oposição de Portugal (BRASIL. MRE. BRASEMB MALABO, 2012). Angola foi o principal promotor da adesão da Guiné Equatorial à CPLP, o que também lhe atribuiu uma certa “responsabilidade moral” de garantir que fosse cumprido o programa estabelecido para a integração (SILVA, 2023 p. 38).

O apoio brasileiro também foi importante para o avanço do processo. Inserido no contexto da política externa voltada para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul, o Brasil buscava ampliar sua presença em África para expansão política e econômica. A Guiné Equatorial, devido à sua posição geográfica e potencial econômico, foi vista como um parceiro importante nesse contexto, o que levou o Brasil a adotar uma postura favorável à sua entrada na CPLP (CAHEN, 2015, p. 94). As relações entre Brasil e Guiné Equatorial tornaram-se mais intensas, ainda em 2009, quando Celso Luiz Nunes Amorim, na época Ministro das Relações Exteriores, visitou o país africano e transmitiu as saudações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o encontro, foram debatidas questões de cooperação econômica, com destaque para a negociação de fornecimento de petróleo pela Guiné Equatorial em troca de transferência de técnicas agrícolas brasileiras (LEVISKI, 2015, p. 64).

Nesse cenário, em 2013, Cabo Verde também manifestou o seu apoio à adesão da Guiné Equatorial como membro pleno da Comunidade, destacando alguns fatores que justificassem a integração. Entre os principais argumentos, apontou a revalorização estratégica do Atlântico Sul, conforme defendida pela Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com o objetivo de transformar a região em um espaço dedicado à paz, segurança e desenvolvimento. Ressaltou ainda que a inclusão de mais um país africano na CPLP fortaleceria a dimensão regional da organização e ampliaria sua representatividade no continente. Também afirmou que a presença da Guiné Equatorial seria uma oportunidade para a CPLP influenciar positivamente o processo democrático no país. Por fim, enfatizou a importância da promoção e valorização da língua portuguesa, com sua adoção oficial em um país onde as referências ao idioma são bastante remotas, representando um caso singular de expansão da língua portuguesa (BRASIL. MRE. DELBRASCPLP, 2013).

Timor-Leste desempenhou igualmente um papel fundamental no apoio à adesão da Guiné Equatorial à comunidade lusófona, especialmente devido à sua posição de presidência *pro tempore* à época da X Cimeira da CPLP, realizada em Díli, capital de Timor-Leste, na qual foi aceita a candidatura de GE. O envolvimento do país asiático no processo foi motivado por questões que iam além do puro e simples apoio à integração, envolvendo preocupações sobre sua credibilidade internacional e o sucesso de sua presidência rotativa na organização, que foi a primeira. Segundo o Presidente da República Portuguesa à época, Cavaco Silva, um veto de Portugal à adesão da Guiné Equatorial teria gerado "danos elevados" à imagem de Timor-Leste e poderia comprometer tanto o sucesso da Cimeira de Díli, quanto as aspirações de Timor-Leste de se afirmar internacionalmente, incluindo suas negociações para se integrar à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). A cimeira era vista como um teste crítico da capacidade do país para desempenhar papéis relevantes no cenário multilateral e o insucesso desse evento representaria um dispêndio significativo nos esforços timorenses (Agência Lusa, 2015).

Dessa maneira, o apoio de Timor-Leste também relacionava-se à defesa do multilateralismo dentro da CPLP, em contraste com uma postura de isolamento unilateral por parte de Portugal. Se Portugal tivesse exercido um veto, não apenas teria se isolado dos demais Estados-Membros, como também seria percebido como o responsável pelo possível fracasso da cimeira, prejudicando as suas relações bilaterais com Timor-Leste. Nesse contexto, a estratégia portuguesa de relativizar as críticas internas à adesão da Guiné Equatorial foi considerada necessária para proteger os seus interesses nacionais e preservar os laços de amizade entre Portugal e Timor-Leste.

Nessa linha, observa-se que a pressão diplomática sobre Portugal foi essencial para derrubar a resistência inicial. O governo português, que apresentava objeções firmes relacionadas ao histórico de direitos humanos na Guiné Equatorial, foi gradualmente levado a reconsiderar sua posição diante das articulações que ressaltava, os potenciais benefícios da expansão da CPLP.

Em 2013, em entrevista à imprensa portuguesa, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Campos Ferreira, afirmou que ainda havia "um caminho a percorrer" até a possível adesão da Guiné Equatorial à CPLP, mas declarou que estava "profundamente convencido" de que o processo terminaria com um "final feliz". Ele ressaltou que a Guiné Equatorial precisava avançar tanto na promoção e no uso efetivo da língua

portuguesa quanto em questões de direitos humanos, destacando, em particular, a adoção da moratória sobre a pena de morte. O secretário também mencionou que aguardava os resultados da missão do grupo de acompanhamento do processo de adesão, mas enfatizou "o pleno apoio de Portugal" ao avanço desse processo que, segundo ele, estava "determinado a colaborar de forma proativa". Como exemplo dessa cooperação, citou a visita da diretora do Instituto Camões da Cooperação e da Língua a Malabo, onde apresentaria propostas de cooperação bilateral para a promoção da língua portuguesa no ensino e na administração pública (BRASIL. MRE. DELBRASCPLP, 2013).

Observa-se, portanto, uma mudança gradual na posição de Portugal, que até então era o único país da CPLP a se opor à entrada da Guiné Equatorial como membro permanente da comunidade.

3.2.3. Reforço das relações econômicas: setor energético

O setor energético foi um dos elementos mais centrais na candidatura, no âmbito econômico. A Guiné Equatorial, que concentra suas atividades principalmente nos setores de petróleo e gás natural, utilizou esses recursos como base para garantir o apoio político no processo de adesão. Com a descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos no Golfo da Guiné, o país emergiu como um dos principais produtores de petróleo na África Subsaariana, ao lado de Nigéria e Angola, fato que conferiu ao país um peso geopolítico significativo (SÁ, 2016, p. 157; GOMES, 2023, p. 14). Curiosamente, o roteiro de adesão da Guiné Equatorial à CPLP não menciona a questão energética em nenhum momento, visto ter sido uma das maiores motivações para a aceitação do país, ao reforçar a imagem da CPLP como um bloco petrolífero importante (SILVA, 2023, p. 54).

Já havia grande disposição da CPLP em relação ao aumento e priorização de ações de cooperação energética. Na 169ª Reunião Ordinária do Comitê de Concertação Permanente da CPLP, tratou-se da proposta de criação de uma Reunião dos Ministros de Energia, sobre a qual o Secretariado Executivo referiu-se à criação de um consórcio de empresas dos países de língua portuguesa na área energética e ao realce do aspecto energético na cooperação entre os países lusófonos por meio da formalização e institucionalização da reunião entre os responsáveis pela área energética dos Estados-Membros, com vistas à coordenação de políticas nesse setor (BRASIL. MRE. DELBRASCPLP, 2014).

Novamente, Angola emerge como um ator importante, por compartilhar uma estrutura econômica igualmente baseada na exploração de hidrocarbonetos. O fortalecimento da cooperação bilateral no setor energético ajudou a consolidar essa aliança estratégica, facilitando o apoio de Luanda durante as cimeiras da CPLP, sendo essa colaboração um dos pilares do sucesso da Guiné Equatorial nas negociações. Por outro lado, empresas brasileiras também já atuavam no setor energético do país, o que facilitou a construção de uma narrativa favorável à adesão, que reforçava a cooperação sul-sul promovida pelo governo brasileiro (CAHEN, 2015, p. 72). Essa ligação econômica foi utilizada como um argumento adicional para justificar o apoio à candidatura da Guiné Equatorial, apresentando-a como uma oportunidade de bons negócios para os Estados-membros da CPLP.

O conceito de "capitalismo de hidrocarbonetos" apresentado por Mokas (2023, p. 8) ilustra como o governo equato-guineense manejou as receitas do petróleo para fortalecer sua posição interna e externa, financiando projetos de infraestrutura e evidenciando sua imagem no cenário internacional. Contudo, a concentração das atividades econômicas no setor energético não trouxe melhorias significativas para a população, que continuou a viver em condições precárias, apesar do “boom” econômico (SÁ, 2016, p. 157). Esse contraste entre crescimento econômico e desigualdade social foi apontado por críticos da adesão, questionando a sua legitimidade com base em argumentos econômicos.

Em síntese, o reforço das relações econômicas e a exploração do setor energético consolidaram-se como instrumentos decisivos para assegurar a adesão da Guiné Equatorial. A articulação entre interesses comerciais e diplomacia permitiu ao país construir uma rede de apoio que superou as objeções iniciais e garantiu a entrada no bloco lusófono. O setor energético foi uma oportunidade extremamente importante para fortalecer a CPLP no cenário internacional, fazendo com que a Guiné Equatorial se tornasse uma peça-chave.

3.3. Como as sociedades civis reagiram à adesão?

A adesão da Guiné Equatorial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) gerou uma série de reações intensas por parte das sociedades civis dos Estados-membros e de diversos setores da opinião pública internacional. O processo foi acompanhado de perto por organizações de direitos humanos e a imprensa, que manifestaram preocupações em relação à legitimidade da entrada de um país marcado por práticas autoritárias e um vasto histórico de violação de direitos fundamentais.

Desde o início das discussões, foram apontadas fortes críticas por parte da imprensa portuguesa. O jornal Público, por exemplo, publicou em julho de 2014 um editorial intitulado "A lei da subserviência e da permissividade", afirmando que "a admissão da Guiné Equatorial na CPLP tem muito a ver com o mísero conceito de diplomacia que temos" (BRASIL. MRE. DELBRASCPLP, 2014). No mesmo período, o jornal Expresso divulgou um artigo do escritor Miguel Sousa Tavares intitulado "Uma política externa que nos envergonha", no qual classificou a adesão da Guiné Equatorial como "uma vergonha sem nome", destacando que essa entrada foi negociada em troca de "vagas promessas de negócios e dinheiro para o Banco Internacional do Funchal (Banif)" (ibid.). Nesse cenário, durante uma reunião do Comitê de Concertação Permanente (CCP), em 2014, o próprio Representante Permanente (RP) de Angola manifestou a intenção de incluir um parágrafo adicional ao roteiro de adesão convocando a Guiné Equatorial a cumprir determinados objetivos, como a abolição da pena de morte.

As reações críticas não se limitaram às questões de direitos humanos. Parlamentares europeus também participaram ativamente do debate, destacando os riscos associados ao fortalecimento de laços econômicos com a Guiné Equatorial. Em uma declaração pública, uma deputada portuguesa recomendou que Portugal evitasse receber investimentos provenientes do país, argumentando que esses recursos eram fruto de um regime autoritário e poderiam reforçar práticas antidemocráticas (CARLOS, 2014). Essa declaração reflete uma preocupação mais ampla de que a adesão poderia legitimar internacionalmente um governo marcado por denúncias de corrupção e concentração de riqueza.

No campo econômico, a posição da Guiné Equatorial no mercado de hidrocarbonetos foi frequentemente citada como um dos principais fatores que impulsionaram a adesão. A imprensa destacou que o potencial energético do país despertou o interesse de alguns Estados-membros da CPLP, que enxergaram na entrada da Guiné Equatorial uma oportunidade de ampliar a presença do bloco no mercado internacional de petróleo e fortalecer parcerias comerciais regionais (SAMPAIO, 2014). Apesar disso, a defesa econômica do processo não foi suficiente para dissipar as críticas sobre a ausência de reformas políticas internas.

A reação pública também foi comentada pelo próprio presidente da Guiné Equatorial durante entrevistas. Em uma delas, o presidente afirmou categoricamente que "não há pobreza no país", uma declaração que gerou ampla repercussão internacional. Questionado

sobre a distribuição das receitas do petróleo e os índices de desigualdade social, Obiang evitou responder diretamente, concentrando-se em afirmar que o país havia utilizado suas riquezas para investir em infraestrutura e desenvolvimento urbano (TEIXEIRA, 2014). A afirmação sobre a ausência de pobreza foi amplamente contestada por analistas e organizações internacionais, que apontaram dados divergentes, revelando uma realidade marcada pela desigualdade e pelo limitado acesso a serviços básicos para grande parte da população.

Em síntese, a reação das sociedades civis foi marcada por uma forte crítica entre aqueles que consideravam o processo uma grave ruptura com os valores fundadores da CPLP. A opinião pública evidenciou a polêmica em conciliar interesses econômicos com compromissos políticos e éticos, ao mesmo tempo em que colocou a capacidade da CPLP de ser um espaço de promoção de direitos e democracia como uma questão dúbia.

3.4. Análise de cenário

A análise das janelas de oportunidade e riscos no contexto da adesão da Guiné Equatorial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa revela um cenário complexo, influenciado por fatores diversos. Utilizando a matriz PEST/SWOT, é possível identificar elementos centrais do processo, que ajudam a compreender as forças e fraquezas internas, assim como as oportunidades e ameaças externas.

O processo de adesão também foi marcado por uma intensa mobilização de diferentes atores políticos, econômicos e sociais, cujos posicionamentos refletiram uma complexa rede de interesses. A partir do gráfico de mapeamento de atores, será possível ilustrar a diversidade de perspectivas e graus de influência exercidos por esses atores, permitindo uma visão mais clara das dinâmicas que condicionaram a entrada da Guiné Equatorial na comunidade lusófona.

3.4.1. Janelas de oportunidade e riscos

Quadro 2 - Análise PEST/SWOT do processo de adesão da Guiné Equatorial à CPLP

	FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
POLÍTICAS	Apoio de Angola e Brasil e outros	Possibilidade de integração política	Regime autoritário e falta de reformas	Críticas internacionais e risco à credibilidade da

	Estados-Membros.	regional.	democráticas.	CPLP.
ECONÔMICAS	Potencial energético da Guiné Equatorial.	Expansão de parcerias econômicas no setor energético.	Dependência econômica do petróleo.	Volatilidade dos preços do petróleo
SOCIAIS	Interesse em intercâmbio cultural e promoção da língua portuguesa.	Estímulo a reformas internas e melhoria de indicadores sociais.	Desigualdade social e falta de acesso a serviços básicos.	Desconfiança da sociedade civil e falta de fiscalização efetiva.
TECNOLÓGICAS	Possibilidade de transferência de tecnologia através de parcerias.	Desenvolvimento de setores estratégicos como governança, inclusive por cooperação técnica.	Infraestrutura administrativa limitada.	Dificuldade de adaptação às exigências internacionais.

● Política

O apoio explícito de Angola e Brasil durante as negociações para a adesão representou uma força crucial, garantindo à Guiné Equatorial legitimidade e neutralizando parte das críticas internacionais. Esse suporte político foi fundamental para suavizar as resistências dentro da própria CPLP. Contudo, a ausência de reformas democráticas internas significativas refletiu uma fraqueza estrutural significativa, gerando desconfiança por parte da sociedade civil e aumentando o risco de dano à credibilidade da CPLP.

● Econômica

O principal ativo econômico da Guiné Equatorial é o setor de petróleo e gás natural, que despertou o interesse estratégico de Angola e Brasil, tornando-se uma força importante para a integração econômica. Contudo, a dependência excessiva do petróleo constitui uma fraqueza significativa, deixando a economia vulnerável às flutuações do mercado internacional (MOKAS, 2023, p. 8). Oportunidades econômicas surgiram com a possibilidade de diversificação de parcerias no setor energético e na atração de investimentos internacionais, mas a volatilidade dos preços do petróleo poderia permanecer como uma ameaça para a estabilidade econômica.

- **Social**

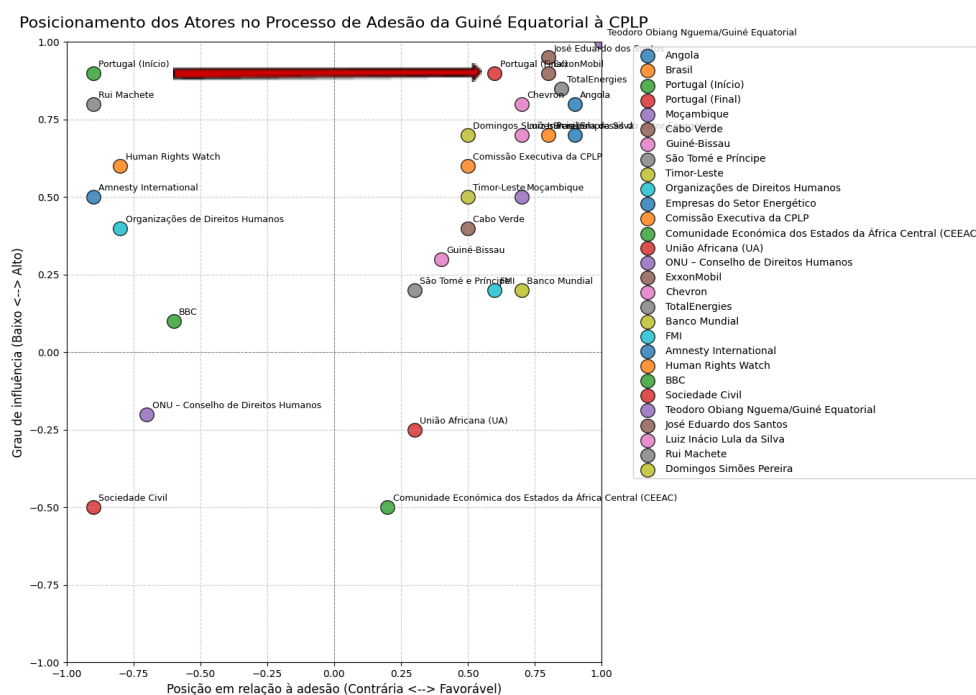
A dimensão social revelou várias contradições. Embora a promoção da língua portuguesa tenha sido apresentada como uma força importante, o país enfrentava grandes desafios em relação à desigualdade social e à falta de acesso a serviços básicos. Isso se agrava pelo fato de que o país possui o maior PIB per capita do continente africano. Como oportunidade, a adesão poderia impulsionar reformas sociais e melhorar os indicadores de qualidade de vida, mas a falta de mecanismos transparentes de monitoramento representou uma ameaça à implementação dessas melhorias.

- **Tecnológica**

No campo tecnológico, a Guiné Equatorial enfrentava limitações em infraestrutura administrativa, considerando a centralização do governo, além da barreira linguística, que configurava uma fraqueza relevante. No entanto, o desenvolvimento de parcerias para a melhora da governança representava uma oportunidade para modernizar a administração e expandir a o recebimento de tecnologia dos países que iria fortalecer as relações, inclusive por meio de cooperação técnica. Ainda assim, as dificuldades de adaptação às exigências internacionais causadas pelo caráter autoritário do governo e a falta de inovações reais poderiam permanecer como ameaças ao desenvolvimento sustentável do país.

3.4.2. Posicionamento dos atores

Gráfico 1



Entre os Estados-membros, Angola e Brasil se consolidaram como os maiores defensores da entrada da Guiné Equatorial na CPLP. Motivados por fortes interesses econômicos, principalmente no setor energético, ambos os países desempenharam papel crucial no avanço das negociações, fornecendo apoio político constante ao regime de Teodoro Obiang. Angola, sob a liderança de José Eduardo dos Santos, foi especialmente influente, articulando o apoio necessário para quebrar a resistência inicial de Portugal. O Brasil, por sua vez, reforçou seus laços econômicos e diplomáticos com a Guiné Equatorial, buscando fortalecer sua presença na África.

O apoio foi amplo entre os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e também contou com a anuência do Brasil que, desde o início, defende que a CPLP deve manter-se uma instituição aberta, capaz de incentivar a adesão de novos membros, desde que respeitem as diretrizes e os valores fundamentais da Comunidade, assim como a inclusão de novos observadores (BRASIL. MRE. DELBRASCPLP, 2011). Timor Leste manifestou apoio entusiástico à entrada da Guiné Equatorial, considerando sua posição de peso à época. Ainda, a recente condição de Timor como país produtor de petróleo reforçou essa posição, ainda mais quando se considera que todos os membros da CPLP, exceto Portugal, possuem reservas petrolíferas em seus territórios. Esse cenário levou a uma ideia de transformar a CPLP em um “bloco de países produtores de petróleo”, com a formação de consórcios entre empresas petrolíferas lusófonas (CAHEN, 2017, p. 91).

A tensão entre os PALOP mais o Brasil, contra Portugal, chegou ao auge durante a VII Reunião Extraordinária de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP, realizada em Lisboa no dia 6 de fevereiro de 2012, sob a presidência de Angola, na qual foi negada a adesão de GE. Os países africanos pressionaram o país europeu, indicando a possibilidade de uma ruptura. Angola até mesmo declarou que cogitaria transferir a sede da CPLP para Luanda. Diante dessa pressão, o então ministro português Paulo Portas negociou um adiamento de dois anos para a decisão final sobre a entrada da Guiné Equatorial, conseguindo convencer o presidente angolano (id., p. 92).

Portugal teve um percurso peculiar no processo de adesão. Inicialmente, foi o principal opositor à entrada do país na CPLP, destacando preocupações com o histórico de direitos humanos e a ausência de alinhamento aos princípios da organização. Representado por Rui Machete, Portugal conseguiu bloquear a adesão durante a Cúpula de Maputo, em 2012, como citado anteriormente. No entanto, após intensas negociações e a implementação

de uma moratória sobre a pena de morte, o país ajustou sua posição e passou a apoiar a entrada da Guiné Equatorial em 2014. O movimento de Portugal é ilustrado no gráfico pelo deslocamento de uma posição contrária para uma favorável, evidenciando a evolução de seu posicionamento ao longo do processo.

Quando questionado sobre os motivos que levaram à decisão de aceitar a entrada da Guiné Equatorial na CPLP, o Presidente português afirmou que isolar um Estado nunca contribuiu para o fortalecimento da democracia ou para a melhoria dos direitos humanos. Segundo ele, o acolhimento da Guiné Equatorial, após relatórios de missões de observação da CPLP apontarem progressos na implementação do roteiro de adesão, seria a melhor forma de os Estados membros ajudarem a promover o respeito aos direitos humanos e a construção de instituições democráticas no país (LUSA, 2014 apud. SILVA, 2023).

No campo internacional, organizações de direitos humanos como a Human Rights Watch (HRW) exerceram pressão constante contra a adesão. Em 2015, meses após a adesão, a HRW emitiu uma carta à CPLP lamentando profundamente que a Guiné Equatorial tenha recebido o status de membro de pleno direito sem uma avaliação rigorosa do histórico deplorável dos direitos humanos no país e, por isso, “convidavam” a CPLP a realizar uma missão pós-Cimeira, independente e imediata, no país, com a participação de representantes da sociedade civil, para avaliar a situação in loco e formular recomendações formais para a melhoria do governo da Guiné Equatorial (HUMAN RIGHTS WATCH, 2015). Essas instituições destacaram o regime autoritário de Teodoro Obiang e a falta de reformas políticas concretas como argumentos centrais para sua oposição. Embora influentes no discurso internacional, seu impacto direto no processo decisório foi limitado em comparação ao poder econômico de empresas multinacionais.

Algumas empresas do setor energético, como ExxonMobil, Chevron e TotalEnergies, desempenharam um papel significativo nos bastidores. Motivadas pela estabilidade das operações de petróleo e gás na região, essas empresas fortaleceram o apoio de Estados favoráveis à adesão, contribuindo para consolidar a posição econômica da Guiné Equatorial (MOKAS, 2023).

A sociedade civil e a imprensa, embora presente no debate público, teve uma influência mais restrita no processo decisório; representada principalmente por organizações

locais, sua oposição centrou-se em críticas ao regime e ao histórico de repressão política, mas não conseguiu bloquear efetivamente o avanço que levou à adesão.

Por fim, para a Guiné Equatorial, embora o pedido de adesão expusesse o país a uma maior observação internacional, o interesse era claro: quebrar o isolamento internacional do regime autoritário e, enquanto pequeno país produtor de petróleo, entre grandes produtores, como a Nigéria e os Camarões, entrar na CPLP sob a “proteção” de Angola e do Brasil. As exportações de capitais para Portugal e para a Europa, segundo o modelo angolano, também seriam facilitadas. O principal conceito subjacente à adesão da Guiné Equatorial, foi o de ampliar a dimensão económica na CPLP e fazê-la uma organização definida não somente pela língua, mas como área de atividade empresarial (CAHEN, 2017, p. 93).

CONCLUSÃO

A adesão da Guiné Equatorial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa representou um *milestone* relativo às definições originárias da organização, levando a debates, críticas e questionamentos acerca da delimitação e seguimento dos critérios do bloco, no âmbito da representatividade de seus membros. Como o único país de língua espanhola do continente africano e com um curto, porém vasto, histórico político marcado por práticas autoritárias, a entrada da GE na CPLP foi reagida com resistência por parte da sociedade civil, de organizações internacionais, de outros atores políticos e até mesmo de um Estado-membro da Comunidade.

A partir dessa problemática, a pergunta central que guiou este estudo, considerando as críticas e o fato de a Guiné Equatorial não compartilhar historicamente a identidade lusófona, foi: **como e por que** a Guiné Equatorial conseguiu tornar-se membro da CPLP? Para responder a essa indagação, inicialmente foi necessário compreender dois aspectos centrais que conectam a questão do idioma à formação do Estado equato-guineense: identidade e inserção internacional. Foi examinado a identidade nacional do país e o grande impacto da língua espanhola no primeiro período pós-independência para reforçar a singularidade cultural no continente africano, o que foi apresentado como colonização linguística. Nesse ínterim, foi ressaltado o papel das línguas oficiais enquanto instrumentos eficazes na firma de integrações regionais e internacionais.

Após, verificou-se como a identidade nacional pode ser projetada no âmbito internacional através do discurso, considerando a narrativa desenvolvida a partir de um possível alinhamento da Guiné Equatorial a valores democráticos primados pela CPLP, que poderia levar o país a uma maior abertura do regime, ainda que este seja, oficialmente nomeado como uma democracia presidencialista. Concluiu-se que a identidade nacional é um elemento essencial na definição da imagem projetada de um Estado no sistema internacional e como se mostra enquanto um instrumento político eficiente. Neste seguimento, relacionou-se identidade nacional com a questão do autoritarismo e sua importância para a projeção internacional da Guiné Equatorial, que objetivava a quebra de seu isolamento, em relação à língua e em relação ao regime repressivo. Essa interconexão demonstrou o quanto a língua portuguesa foi instrumentalizada como recurso estratégico, ao passo que tornou-se um eixo central na articulação entre a política, a identidade e a integração da Guiné Equatorial.

Ademais, este estudo buscou conectar os conceitos teóricos discutidos a aspectos práticos de análise, ao realizar, ao final, a identificação dos principais instrumentos políticos utilizados de forma pragmática pela Guiné Equatorial para efetivar a sua adesão à CPLP, além das questões mais amplas relativos à política global. Assim, para embasar os movimentos feitos pelo país, foi discutido o papel do soft power, o “poder brando”, considerando que as ações não foram executadas por meio ações coercitivas ou militares. Nessa perspectiva, foi abordado o uso da escolha racional nas tomadas de decisão dos atores envolvidos, isto é, a busca pela maximização de benefícios e o planejamento estratégico de acordo com as respectivas preferências.

Assim, constatou-se que a GE utilizou a moratória da pena de morte como primeiro instrumento estratégico, uma vez que a condicionalidade inicialmente imposta para a adesão à CPLP era a abolição da prática, considerada contrária aos fundamentos de direitos humanos, e não a sua suspensão. Outrossim, o segundo instrumento relaciona-se a fortificação das relações multilaterais e bilaterais do Estado equato-guineense. O apoio dos Estados-Membros da CPLP, principalmente de Angola foi indispensável para superar a resistência inicial de Portugal, que possuía ressalvas quanto ao regime vigente do presidente Obiang Nguema da Guiné Equatorial. O terceiro instrumento observado diz respeito ao fomento das relações econômicas no âmbito do setor energético, em virtude de que as reservas de petróleo e gás natural da Guiné Equatorial foram muito valorizadas enquanto moeda de troca nas negociações com os países lusófonos. Nesse sentido, a diplomacia econômica assumiu um papel importante no processo, dado a influência em um maior fortalecimento do apoio político, fulcral para a adesão.

Também adentrou-se a problemática da forte resistência da sociedade civil, da imprensa e de organizações de direitos humanos relacionada a entrada de um regime autoritário em uma organização que prega a democracia e os direitos humanos, além da questão linguística. A opinião pública expôs uma grande tensão relativa à priorização de interesses econômicos aos compromissos estatutários. Apesar disso, não houve significativa interferência nas negociações entre os Estados envolvidos.

Adicionalmente, foi feita uma análise de cenário através de uma matriz PEST/SWOT e um gráfico de mapeamento dos principais atores envolvidos no processo de adesão, com o objetivo de ilustrar de forma mais objetiva o contexto em questão. Assim, a análise constatou

que o sucesso da adesão foi menos relacionado à transformação interna do país e mais resultado da construção de redes de apoio político e econômico no contexto lusófono.

Por último, a pesquisa ressaltou que o processo de integração não pode e não deve ser compreendida isoladamente, como um evento circunstancial, mas sim como o resultado de um longo processo de reconfiguração identitária, de estratégias de política externa e de interesses geopolíticos que extrapolam a questão da lusofonia.

À luz de todo o exposto, destaca-se que a relevância deste estudo residiu na análise das interseções entre identidade, cultura, poder e integração no âmbito internacional, demonstrando como a Guiné Equatorial instrumentalizou sua adesão à CPLP para alcançar objetivos também internos. Também contribuiu para os estudos sobre África, diplomacia e organizações internacionais, ressaltando a relação entre prática e discurso. Finalmente, para pesquisas futuras será vultoso explorar os impactos reais da adesão - tanto para a GE, quanto para a CPLP-, a evolução da política linguística equato-guineense, de maneira a verificar se houve mudanças significativas na utilização do português no país e as mudanças a nível da governança política do presidente Teodoro Obiang Nguema, que tende a continuar por mais algum tempo no poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA LUSA. **A “fraude jurídica e moral” da Guiné Equatorial na CPLP.** 19 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/fraude-juridica-e-moral-da-guine-equatorial-na-cplp/>>. Acesso em 14 fev. 2025.

AGÊNCIA LUSA. **PR diz que veto à adesão da Guiné Equatorial à CPLP teria provocado "danos" a Timor-Leste.** 9 mar. 2015. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/pais/pr-diz-que-veto-a-adesao-da-guine-equatorial-a-cplp-teria-provocado-danos-a-timor-leste_n810543>. Acesso em 14 fev. 2025.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSIS, Caroline; RIBEIRO, Renata; GARCIA, Ana. **Integração regional africana: panorama, avanços e desafios.** Boletim de Economia e Política Internacional, n. 32, p. 135-183, abr. 2022.

BICA, Jônatas. **As relações Brasil-Palop: uma perspectiva a partir da lusofonia e da diplomacia cultural.** Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

BOLEKIA BOLEKÁ, Justo. **Lenguas y poder en África.** Madrid: Mundo Negro, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, [1989] 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil em Malabo. **Telegramas recebidos pela SERE** (TEL 00421; TEL 00016). 2008-2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Missão do Brasil junto à CPLP. **Telegramas recebidos pela SERE** (TEL 00238; TEL 00092; TEL 00544; TEL 00065; TEL 00346; TEL 00238). 2008-2012.

CAHEN, Michel. 1996-2016 - **A CPLP, Uma organização para quê?**. Portuguese Studies Review, v. 23, n. 1, p. 67-96, 2017.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.

CARLOS, João. **Eurodeputada quer que Portugal evite receber investimentos da Guiné Equatorial.** DW, 17 fev. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/eurodeputada-quer-que-portugal-evite-receber-investimentos-da-guin%C3%A9-equatorial/a-17438054>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

COLAÇA, Joyce; MARIANI, Bethania. **Política linguística como política de domínio territorial: o departamento de defesa norte-americano e as critical languages.** Línguas e Instrumentos Linguísticos, São Paulo, v. 27, p. 1-26, abr. 2024.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. 2007. Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

CRISTO, Donna A. (2005). **Soft Power: The Means to Success in World Politics (Book Review)**. American Economist, p. 99-100, 2005.

CUNHA, Eleonora; ARAÚJO, Carmem E.. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade**. Brasília: Enap, 2018.

DA SILVA, Anso; PEREIRA, Danielle C.. **Desafios para a construção dos estados em África pós-colonialismo**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

DIALLO, Alfa O.. **Integração Africana: da organização da unidade africana a União Africana**. Espaço Jurídico Journal of Law, Santa Catarina, v. 6, n. 1, p. 7-20, jun. 2005.

DIAMOND, Larry. **Developing democracy: Toward consolidation**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

DOPPELBAUER, Max; SCHLUMPF, Sandra. **Política lingüística poscolonial en África: el caso de Guinea Ecuatorial**. Signo y Seña, n. 44, p. 149-177, dez. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GOMES, Justino. **Geopolítica do Petróleo no Atlântico Sul Africano: o Golfo da Guiné no Centro das Atenções**. Monografia (Licenciatura em Sociologia) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

HLYNSSON, Hallgrímur Á.. **El español en Guinea Ecuatorial: Historia y características**. Monografia (Bacharelado em Espanhol) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade da Islândia. Islândia, 2024.

HOBSBAWN, Eric. **Introdução: A invenção das Tradições**. In: HOBSBAWN, E; RANGER, T. orgs. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., v. 55, p. 9-24, 1997.

HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 149-160, out. 2008.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Carta à CPLP sobre Missão de Avaliação de Direitos Humanos na Guiné Equatorial**. 13 abr. 2015. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2015/04/13/269582>. Acesso em: 15 fev. 2025.

KEOHANE, Robert. **Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton UP, 1984.

LEITE, Isabel. **A CPLP, Portugal e a Guiné Equatorial: uma encruzilhada na era dos Direitos Humanos**. População e Sociedade, Porto, v. 34, p. 62-70, dez. 2020.

LEVISKI, Charlott E. **A Política da Língua Portuguesa em Guiné Equatorial**. Working Papers em Linguística, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 62-81, dez. 2015.

LINZ, Juan. **An authoritarian regime: Spain**. In: ALLARDT, E; LITTUNE, Y. Cleavages, ideologies and party systems: contributions to comparative political sociology. Helsinki: The Academic Bookstore, p. 291-341, 1964.

MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística e Efeitos de Memória**. Línguas e Instrumentos Linguísticos, Niterói, n. 12, p. 9-19, out. 2003.

MBEMBE, Achille. **As Formas Africanas de Auto-Inscrição**. Estudos Afro-Asiáticos, v. 23, nº 1, p. 171-209, 2001.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MILANI, Carlos R.S.; PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública**. Contexto internacional, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, jan. 2013.

MOKAS, Konstantinos Iason. **Oil, power, hydrocarbon capitalism: The case of Equatorial Guinea**. Leipzig University, Leipzig, 2023.

MORENO, Jean C. **Revisitando o conceito de identidade nacional**. In: RODRIGUES, CC.; LUCA, TR; GUIMARÃES, V. orgs. Identidades brasileiras: composições e recomposições. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 7-29, 2014.

NERÍN, Gustau. **Fronteras múltiples, exclusiones múltiples: los contradictorios usos de la identidad por parte del partido democrático de Guinea Ecuatorial (2004-2010)**. 7º Congreso Ibérico de Estudios Africanos, Lisboa, n. 41, 2010.

NWOZOR, Agaptus. **União Africana, Construção do Estado e os Desafios da Fragilidade Estatal na África**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 7, n. 13, p. 69-90, jul. 2018.

NYE, Joseph S. **Soft power: the evolution of a concept**. Journal of Political Power, Cambridge, p. 196-208, 2021.

NYE, Joseph. **Soft power: The means to success in world politics**. New York: Public affairs, 2004.

PRADOS, Escribe F. A.. **Guinea Ecuatorial y la articulación del mundo iberohablante**. Revista Diplomacia, n. 123, p. 2-8, out. 2019.

ROSA, Tiago. **O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar**. Revista Sem Aspas, Araraquara, v. 6, n.1, p. 3-12, jun. 2017.

ROSIQUE, Gloria. **El caso del español en Guinea Ecuatorial**. Enciclopedia del español en el mundo: anuario del Instituto Cervantes, p. 2006.

SÁ, Ana L. **Guiné Equatorial e CPLP: desafios ao futuro da Lusofonia**. Janus, p. 156-157, 2016.

SAMPAIO, Madalena. **Decisão de incluir Guiné Equatorial na CPLP é lamentável**. DW, 21 fev.2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/decis%C3%A3o-de-incluir-guin%C3%A9-equatorial-na-cplp-%C3%A9-lament%C3%A1vel/a-17450261>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SANTOS ANDRADE, Camila. **A construção do Estado na África Independente e sua inserção no Sistema Internacional: uma introdução**. Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 33-40, ago. 2019.

SANTOS ANDRADE, Camila. **A construção do Estado na África Independente e sua inserção no Sistema Internacional: uma introdução**. Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 33-40, ago. 2019.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada: O Debate Contemporâneo**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SHEPSLE, Kenneth A. **Analyzing politics: rationality, behavior, and institutions**. 2nd ed. New York: W. W. Norton & Company, [1997] 2010.

SILVA, Giuslane; JÚNIOR; Sérgio. **O discurso em Michel Foucault**. Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, v. 8, n. 16, dez. 2014.

SILVA, Jorilha. **A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): análise das suas potencialidades e vulnerabilidades para a cooperação e desenvolvimento no espaço internacional de língua portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2023.

TEIXEIRA, Cristiane V.. **Não há pobreza no país", afirma Presidente da Guiné Equatorial**. DW, 05 fev. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/n%C3%A3o-h%C3%A1-pobreza-no-pa%C3%ADs-afirma-presidente-da-guin%C3%A9-equatorial/a-17410610>. Acesso em: 15 fev. 2025.

TIMBANE, Alexandre. **Políticas linguísticas de internacionalização do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: caminhos e desafios do português africano**. Revista de Estudos de Português Língua Internacional, v. 2, n. 2, p. 187-205, dez. 2022

TIMBANE, Alexandre. **Reflexões sobre a internacionalização da língua portuguesa nos países vizinhos dos PALOP**. Revista de Estudos de Português Língua Internacional, v. 2, n. 2, p. 171-186, dez. 2022.

TOSATTI, Natalia M.. **O complexo mosaico da Língua Portuguesa nos países membros da CPLP: um breve panorama**. Revista Gatilho, UFJF, v. 19, p. 187-202, dez. 2020.

VAZ, Rodrigo. **Regimes Autoritários em África: O Caso da Guiné Equatorial**. 1st Annual International Interdisciplinary Conference, Portugal, v. 1, p. 624-630, 2013.

VISENTINI, P.G.F.. **Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007)**. Em: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ZONDI, Siphamandla. **Democracy, development and the national project in Africa breaking bread with Thandika Mkandawire**. Journal of African Transformation, v. 7, n. 1, p. 54-68, 2022.